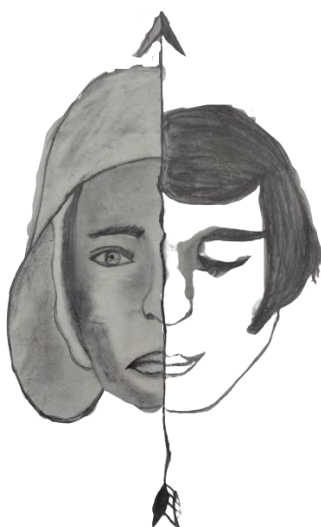


UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MAYDAY:
Cartas de narrativa literária como instrumento de análise político-social

BRENDA CRISTINA DA SILVA E SILVA



2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MAYDAY:

Cartas de narrativa literária como instrumento de análise político-social

BRENDA CRISTINA DA SILVA E SILVA

Sob a Orientação da Professora
Fabrcia Vellasquez Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, como parte das exigências
para obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Setembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S581m SILVA, Brenda Cristina da Silva e , 1995-
MAYDAY: Cartas de narrativa literária como
instrumento de análise político-social / Brenda
Cristina da Silva e SILVA. - Seropédica/Rj, 2022.
74 f.: il.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez PAIVA. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social , 2022.

1. Serviço Social . 2. Literatura . 3. Gênero . 4.
Questão Social. 5. Bibliodiversidade. I. PAIVA,
Fabrícia Vellasquez , 1981-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORD. CURSO GRAD. EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 4531 / 2022 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.059116/2022-00

Seropédica-RJ, 22 de setembro de 2022.

Brenda Cristina da Silva e Silva

MAYDAY:
**CARTAS DE NARRATIVA LITERÁRIA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE
POLÍTICO-SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 13 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Profa. Doutora Fabricia Vellasquez Paiva

Orientadora - presidenta (DTPE/UFRRJ)

Profa. Doutora Simone da Cunha Tourino Barros

Membro interno - DEDH/UFRRJ

Profa. Doutora Liz Denize Carvalho Paiva

Membro interno - DTPE/UFRRJ

(Assinado digitalmente em 22/09/2022 11:46)

FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1794153

(Assinado digitalmente em 23/09/2022 09:44)

LIZ DENIZE CARVALHO PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1032974

(Assinado digitalmente em 22/09/2022 19:45)

SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 2316595

AGRADECIMENTOS

Não poderia, aqui, escapar ao clichê de se agradecer à espiritualidade em primeiro lugar. Então: um agradecimento a Deus e a todos e todas as mentoras espirituais que sempre me ajudaram, abençoaram e iluminaram ao longo de 27 anos de vida. Em especial ao Povo Cigano Espiritual que, hoje de forma mais próxima, tem me guiado; em especial aos pares: Zafira/Baltazar, Imaloin/Indra, Dandara/Alexandro e a Cigana Morgana.

Em segundo lugar, os agradecimentos não poderiam ser, senão, à minha família, por todo suporte, risadas, conversas e ensinamentos. À minha bisavó Maria (in memoriam), ao meu avô Antônio (in memoriam) e à minha avó Ione, por todo amor e carinho desde os meus primeiros momentos neste mundo. À minha mãe Lúcia e às minhas irmãs Bruna, Bia e Beatriz, por serem os mais firmes alicerces, o mais seguro porto e o mais sincero amor. Às minhas tias Cláudia e Marilene, por, cada uma à sua maneira, me aproximarem dos livros, da Educação e das aventuras espetaculares da vida real. Ao meu tio-padrinho César, por todos os ensinamentos e aprendizados, pelas risadas, pelas músicas e pelos exemplos. Aos meus primos e ao meu primo-afilhado: Clara, Kethellyen, Tiago e Victor, pelas pessoas maravilhosas que são. Ao meu padasto Marco, por todo carinho, conselhos, suporte e incentivos. Ao meu sobrinho Davi, por semear alegria, amor, doçura e novas histórias.

Em um livro chamado “Bruxas Literárias” (2021), li aquela que seria uma das minhas definições preferidas ao que é ser Bruxa: uma mulher com o dom da transformação, uma agente da mudança, uma mulher que o trabalho é estimulado pela fala. Não foi surpresa, tampouco coincidência, quando me lembrei dessa passagem ao iniciar a escrita em agradecimento à professora Fabrícia Vellasquez, por quem tem grande carinho e admiração. Muito obrigada por cada momento compartilhado e casa ensinamento que perpassam os muros universitários. Que venham outras histórias e novas memórias na união de nossas linhas.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ter sido um lar incrível por todos esses anos: pelas mil e uma histórias e pessoas maravilhosas que encontrei em tantos lugares mágicos da instituição. Pelo pôr do sol de cada dia no lago, aos braços-raízes de uma árvore. Por cada delírio acadêmico produzido e compartilhado dentro e fora de seus corredores. A cada um que integra o curso de Serviço Social na UFRRJ, em especial: Daiane Estevam, pela pessoa maravilhosa que é e por tanto carinho e trocas que sempre teve com cada um de nós e em cada momento de nossas histórias. Às professoras Carmen Frade, Mônica Benevenuto e Marisol Valencia, por todo conhecimento compartilhado. Às professoras de outros espaços,

mas com grande contribuição, inclusive, para que esta pesquisa inicial nascesse: Patrícia Reinheimer e Moema Guedes. E a todas as professoras e professores que tive ao longo de minha trajetória acadêmica, pois este momento só é possível graças a cada um deles, também.

Um agradecimento mais do que especial à professora Simone Tourino, por todo companheirismo, sorrisos, apoio, trocas e parcerias. Pelos eventos memoráveis e pelas histórias escritas, sempre, em letras de esperança, de amor e de criticidade, que nos impulsiona sempre à frente. Obrigada por cada história compartilhada e escrita dentro e fora dos limites universitários. Tenho certeza que muitas outras escritas se seguirão a esta, companheira!

Aos companheiros de classe e aos amigos feitos nesse processo. Em especial: Rayanne Dias, por sempre ocupar os espaços ao meu lado, pelas viagens, trocas e leituras de tarot. Vandresa Gomes, pela sabedoria, amizade e sorriso fácil, obrigada por estar presente enquanto fazíamos a história, por ser parte dos antigos aos quais querem dar orgulho (risos). Aos meus veteranos, por conquistarem os espaços e nos incentivarem, sempre, ao mesmo; em especial: Flávia Marques, Isabelle Germano e Luiza Lacer.

Às minhas cúmplices de tudo: Thainara Silene e Nayarah Batista. Pelos surtos, pelas risadas, pelos apoios incondicionais. Pelas valiosas dicas de cuidado capilar e pela linda história que escrevemos em reticências. Aos queridos amigos-irmãos: Benjamin Coelho e Milena Magalhães, por momentos inesquecíveis de uma amizade que é presente em qualquer tempo-espaço e pelos ensinamentos e trocas que eu sequer sou capaz de dizer e de mensurar a importância.

A todas as linhas que formam e escrevem a história do Projeto de Extensão “De linhas, outras histórias e novas memórias”. Por todos os ensinamentos e trocas que tivemos - temos - em meio às narrativas. Em especial à professora Liz Paiva: por tantas ideias e carinho; pelas direções únicas que dava aos nossos encontros de quarta-feira à noite; por ser grande influência na escrita de tantas histórias.

E aos amigos de outros espaços. Aos que cultivei na Tzara Ramires de Nova Iguaçu, que me dão suporte em novas e antigas caminhadas; em especial: a Baba Arimar, a dinda Suriam, a Rayssa e as bruxinhas-desérticas-irmãs: Sophia e Catharina. Aquelas das linhas virtuais, mas que são presentes de maneiras únicas: Camila Nogueira, Luana dos Santos, Victoria Tuller e Reddî, por serem igualmente apaixonadas pela Literatura, pelo Cinema e por Mulheres.

E, por fim, às mulheres: aquelas que eu conheço e as que eu não conheço. Todas aquelas que lutaram para que eu estivesse aqui, todas aquelas que lutam ao meu lado pela garantia de estar, de dizer, de sentir e de ser, e aquelas que ainda chegarão à luta. E a todas as bruxas, fadas, feiticeiras e magas: as artistas do mundo. Em especial: Emily Brontë, Emily Dickinson e Virgínia Woolf, pelas inspirações literárias e pelas histórias reais inventadas.

**Dedico este trabalho às mulheres de ontem, de hoje e de amanhã.
Especialmente a: Maria Adelaide (in memoriam), Ione Lins,
Lúcia Helena, Bruna Mello, Ana Beatriz,
Beatriz Cruz e Kethellyen Manoela.**

*Não adianta me prender
Eu não irei me entregar
Tenho muito pra viver
Eu vim ao mundo pra voar
O meu corpo grita
Nada me cala.*

Ninguém me Cala - Aladdin (Isabela Souza)

*Despierten mujeres despierten
Por todos los seres que sienten
Apaguen las voces que mienten
Que suenen sus voces, que suenen.*

Despierten Mujeres - Luna Santa.

Mayday costumava ser sinal radiotelefônico de pedido de socorro, muito tempo atrás, numa daquelas guerras que estudamos no colégio.

[...]

*Você sabe de onde saiu isso?, perguntou Luke. Mayday?
Não, respondi. É uma palavra estranha para se usar nisso, não é?*

[...]

*É francês, disse ele. De M'aidez.
Ajudai-me.*

O Conto da Aia. Margaret Atwood

RESUMO

Este trabalho se apresenta como pioneiro na reflexão sobre a proximidade possível da literatura com o Serviço Social. Partindo de análises bibliográficas e de experiências adquiridas na Extensão Universitária no Projeto de Extensão “De linhas, outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos possíveis à contação e à criação de livros em literatura infantojuvenil”, vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, espera-se apontar como a análise literária pode se colocar como mais uma possibilidade possível para a atuação do Serviço Social, usando conceitos como o da bibliodiversidade. Ao fazer uma análise sobre a violência de gênero a partir das relações sociais capitalistas a partir da obra de literatura “O Conto da Aia” (2017), espera-se iniciar um longo debate sobre como a categoria profissional pode - e deve - beber de outras fontes, em outras expressões da linguagem e por outras imagens, para se manter sempre atualizada em defesa da garantia dos direitos humanos e na busca por novos caminhos críticos e analíticos.

Palavras-chave: Serviço Social - Literatura - Gênero - Questão Social - Bibliodiversidade.

RESUMEN

Este trabajo se presenta como pionero en la reflexión sobre la posible proximidad de la literatura al Trabajo Social. Con base en análisis bibliográficos y experiencias adquiridas en la Extensión Universitaria en el Proyecto de Extensión “De líneas, otras historias y nuevas memorias: espacios, temas y sujetos posibles para la narración y creación de libros en literatura infantil”, vinculado a la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro, se espera señalar cómo el análisis literario puede ser colocado como otra posibilidad posible para el desempeño del Trabajo Social, utilizando conceptos como el de la bibliodiversidad. Al analizar la violencia de género a partir de las relaciones sociales capitalistas a partir de la obra literaria “O Conto da Aia” (2017), se espera iniciar un largo debate sobre cómo la categoría profesional puede - y debe - beber de otras fuentes, en otras expresiones del lenguaje y por otras imágenes, para mantenerse siempre actualizado en defensa de la garantía de los derechos humanos y en la búsqueda de nuevos caminos críticos y analíticos.

Palabras clave: Trabajo Social - Literatura - Género - Cuestión Social - Bibliodiversidad

Lista de Abreviaturas e Siglas

AI-5 - Ato Institucional nº 5.

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais+.

LIJ - Literatura Infantojuvenil.

ONGs - Organizações não governamentais.

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A LITERATURA COMO MEIO POSSÍVEL PARA ANÁLISE DA SOCIEDADE ..	22
1.1 - <i>Entre realidade e ficção</i>	23
1.2 - <i>Do diálogo com outros estudos de caso</i>	30
2. OS DISCURSOS NARRATIVOS NA POLÍTICA BRASILEIRA	36
2.1 - <i>A narrativa política</i>	37
2.2 - <i>As narrativas de gênero e a atuação do Serviço Social</i>	44
3. NOLITE TE BASTARDES CARBORUNDORUM	49
3.1 - <i>Revisitando as relações sociais</i>	50
3.2 - <i>Mayday: os caminhos da resistência nas páginas da literatura</i>	55
CONSIDERAÇÕES EM RETICÊNCIAS	60
ANEXOS	70
<i>Anexo 1 - De linhas</i>	70
<i>Anexo 2 - Histórias</i>	70
<i>Anexo 3 - Memórias</i>	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

INTRODUÇÃO

a princesa
pulou da
torre
& ela
aprendeu
que podia
voar
desde o começo.

A princesa salva a si mesma neste livro. Amanda Lovelace

Era uma vez, não era uma vez... enquanto o sol se levanta, começo a te narrar as mil e uma histórias de nós, em um compilado de Cartas que, como o sol, se levanta - e pretende levantar tantos outros mais - do silêncio que a narrativa construída pelos homens o submeteu. Como toda história, essa também é feita de encontros e de desencontros, composta por diversos cenários e histórias; pessoas que se interligam e formam a grande concha de retalhos de que é constituída a narrativa. Desde longos tempos, tantos a se perder de vista, o livro tem sido o instrumento preferido para se contar a vida e olhá-la, tanto pelos olhos físicos, quanto pelos da mente, da sensibilidade e da emoção – e, assim, transformá-la e se transformar ao longo da leitura.

De tantos começos que compõem a(s) história(s) que aqui te contarei, podemos iniciar com aquele momento decisivo para pensar estas linhas: em uma sala quente da Baixada Fluminense, durante uma aula de Antropologia Social, ministrada pela professora Patrícia Reinheimer, em que os filmes, as séries, os livros e as diversas outras expressões de arte dançavam com o conteúdo acadêmico a mais bela dança. À dança inicial, se somava outra disciplina, ministrada pela professora Moema Guedes, que dançava em ritmo tão similar e tão distante simultaneamente: Calibã e a Bruxa fizeram um dueto, alá Lago dos Cisnes, que, ao tirar o fôlego, colocou a certeza de por onde se deveria caminhar. E então, elas chegaram: sem dançar, pois não era permitido; sem sorrir, pois não sabiam mais; mas contando suas histórias, contando a história de quando tiraram o seu nome, a sua profissão e a sua humanidade. Uma história que é contada por mulheres sem rosto, pela voz de uma que era delas e que sequer sabemos, ao fim, se estava viva ou morta quando encontraram suas gravações clandestinas, mas que temos a certeza de ter se tornado eterna.

Outro começo que deve ser contado se inicia com um encontro e um reencontro, assim como tantos começos que marcam as nossas vidas: um encontro de saberes, que se completam e amplificam. Um encontro de diversidades de conteúdo acadêmico, que dialoga saberes e amplia a gama de tópicos, de abordagens, de metodologias e de resultados que

ultrapassam barreiras acadêmicas. Nesse, em especial, temos o encontro da bibliodiversidade¹, capaz de abranger tudo o que foi dito anteriormente e de caminhar como uma publicação acadêmica que, ao fazer-se em linguagem literária, torna-se uma história sem fim, pois se faz fio condutor para inúmeras histórias posteriores, mas também pregressas, buscando, em verdade, um fio narrativo que conta como sujeitos históricos e que por nós é contado. Um reencontro, nos corredores acadêmicos, de duas mulheres que carregam as histórias no sangue, cujas almas são escritas em literaturas.

Para a Universidade, para a sociedade e para o Curso de Serviço Social, como um todo e não somente da UFRRJ, esses começos, marcados de encontros e de reencontros, são novas possibilidades de resistência em um momento em que precisamos de novas estratégias de luta; também, pensando que a *“interdisciplinaridade e diversidade de métodos são os melhores patrimônios da universidade”* (SANTOS, 2008, p. 125, grifo do autor). Reconhecer a literatura como instrumento possível de análise político-social é ampliar horizontes, dispor de novas estratégias e reconhecer outros movimentos possíveis para o reconhecimento e a intervenção de demandas que não estão à vista. Produzir em linguagem literária é, pois, reforçar o potencial das histórias encantadas dos livros, dos contos, da ficção que é real.

Caio Meira, em sua escrita de apresentação à edição brasileira de “A literatura em perigo” de Tzvetan Todorov (2009), aponta que o perigo denunciado por Todorov não está na escassez de encantadores de palavras – os poetas e os ficcionistas –, “mas na forma como a literatura tem sido oferecida aos jovens, desde a escola primária até a faculdade” (p. 10); o perigo encontra-se, pois, na ausência de leitura dos livros literários, nos seus mais diversos gêneros, no estudo da literatura: o contato vem pelos livros “de crítica, de teoria ou de história literária” (idem), datando e engessando processos que são contínuos e livres. Assim, para o

¹ Cara Companheira: acredito ser importante comentar, nesse momento, sobre um conceito tão rico e tão novo, assim como este trabalho que você se propõe, como o é a bibliodiversidade. Em junho de 2020, o *blog* da Scielo, um grande portal eletrônico de publicações científicas, publicou sobre a importância da preservação do multilinguismo nas pesquisas científicas, reconhecendo a bibliodiversidade, ou seja, “a diversidade do conteúdo acadêmico, como “essencial para preservar a pesquisa em uma ampla gama de tópicos globais e locais, estudados a partir de diferentes abordagens epistêmicas e metodológicas” (SCIELO, 2020). Dessa forma, as pesquisas de quaisquer naturezas podem se beneficiar de abordagens diversas ao serem realizadas, ampliando, portanto, o seu raio de conhecimento, de debate e de intervenção e, como consequência disso, amplia, também, o público que delas se beneficiam, direta e indiretamente. Outro ponto importante para nossas considerações é que a bibliodiversidade, quando presente no nosso cotidiano e na nossa caminhada de vida, é capaz de nos fazer conhecer, reconhecer e refletir sobre diferentes culturas, expressões, estéticas, formas, etnias, etc. Ou seja, pela bibliodiversidade, inserida em todas as camadas sociais, podemos explorar e reconhecer a diversidade social, cultural, política, etc., que nos cerca. Deixo registrado dois caminhos caso queiram ler mais: < <https://blog.scielo.org/blog/2020/06/24/bibliodiversidade-o-que-e-e-por-que-e-essencial-para-criar-conhecimento-situado/#.YypaR3bMLIU>>; < <https://quindim.com.br/blog/a-importancia-da-bibliodiversidade-na-formacao-do-leitor-por-que-ter-livros-diversos-em-casa/>>. Ambos acessado em: 19/09/2022, às 23:18h. Que tenhamos um lindo dia de maio - J.

jovem, e conseqüentemente para toda a sociedade, a literatura perde a sua mágica de contar “sobre o mundo, os homens, as paixões, enfim, sobre sua vida íntima e pública”, transformando-se em “mais uma matéria escolar a ser aprendida [muitas vezes decorada] em sua periodização” (TODOROV, 2009). É em concordância com esse pensamento que esta monografia se apresenta: pretendendo ser uma faísca da fogueira que não queima, mas ilumina e ferve a Literatura, e conseqüentemente as formas de fazer Literatura, como mais uma lente teórica possível na aventura de desbravar o Mundo e reescrevê-lo em histórias que a História contada e escrita pela classe burguesa se esforça em apagar.

Concordando com Joel Rufino dos Santos (2008), reconhecemos que “a literatura desempenha o mesmo papel que a filosofia: desestabilizar a ciência, ao mesmo tempo em que se apresenta como *outro* conhecimento do mundo e dos homens” (p. 36, grifo do autor), ela “vive lembrando à ciência que o homem, antes de ser inteligência do mundo e senhor das máquinas, é desejo insatisfeito” (idem). Para além, compreendida da maneira mais ampla possível, considerando

todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de culturas, [...] a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação (CÂNDIDO, 2011).

Ou seja, a literatura está – e sempre esteve – presente no cotidiano social, nas relações dos homens com outros homens e em sua relação com o ambiente. Dessa forma, a literatura se coloca como forte instrumento de denúncia social feita sem pudores, pois não há um compromisso aparente com a realidade, ou seria meramente descritiva e, portanto, algo outro que não arte, que não literatura. Por contar a história para além da aparência, usando da identificação – ou não – com a personagem e/ou com elementos sociais que constroem a história da narrativa, a relação entre literatura e sociedade, ainda que sempre sutis e complexas (SANTOS, 2008), está em fazer o leitor refletir sobre a sua realidade, enquanto goza do prazer da leitura; afinal, “não se tem idéia da obra de Graciliano caso se desconheça a Revolução de Trinta, nem da de João Ubaldo quando se ignoram as vicissitudes da ‘civilização baiana’” (SANTOS, 2008). Quantas “caras” do Brasil não nos revela as suas Literaturas?

Para começar a escrever a história que se propõe aqui, a teoria e a prática caminharam a todo o momento juntas, algo que é de fundamental importância para o Serviço Social. A escrita, portanto, parte da análise e da reflexão provocadas por um vasto referencial teórico de diferentes gêneros, a saber: teses, dissertações, artigos acadêmicos, livros teóricos e livros

literários, em especial de Literatura Infantojuvenil (LIJ), em um diálogo direto e estreito com a prática pela inserção da Extensão Universitária no Projeto intitulado “De linhas, outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos possíveis à contação e à criação de livros em literatura infantojuvenil”. As linhas teóricas e as práticas, portanto, se confundem sempre, e de forma complementar, no decorrer do processo de reflexão e de argumentação sobre a importância que a Literatura tem para o Serviço Social: seja na garantia dos direitos - ao compreendermos o acesso à literatura como um direito humano básico -, seja no uso de obras literárias, em especial a LIJ, para intervir sobre as demandas trazidas pelas/pelos usuários. Dessa forma, espera-se que a categoria profissional comece a olhar para os lados, questionando as naturalidades que já se enraízam no pensar e no atuar a e na profissão, reconhecendo que outros caminhos e outras fontes de pesquisa e de atuação são possíveis sem perder a criticidade que nos é cara e fundamental.

Ao pensar, também, em uma produção que fosse escrita em linguagem literária - por compreender que a defesa da Literatura como um caminho possível para o Serviço Social deve passar, também, pela maneira como o documento é escrito - para se debruçar sobre a desigualdade de gênero, não poderia ser outro gênero textual senão o das Cartas. Por séculos sendo o único gênero literário permitido às mulheres, as Cartas compõe o acervo da maioria das escritoras famosas, entre elas: Emily Brontë, Emily Dickinson, Virgínia Woolf e tantas mais. Ao escuro das gavetas, suas Cartas, seus Poemas e seus Romances repousavam em gritante silêncio. Suas palavras, posteriormente, ganhariam o mundo e suas inquietações e temores acerca da ousada aventura de dançar com as letras e se permitirem viver a e na liberdade da imaginação, já se transformaram em livros e em objetos de análise ao redor do mundo. E aqui, lugar inspirado por elas e todas as camadas, não poderia deixar de trazer a memória das Cartas para clamar a liberdade das mulheres e como usar a Literatura pode contribuir nesse processo.

A escolha pelo pseudônimo “Gaia” também não é por acaso: a Deusa da mitologia grega que é a Mãe-Terra: aquela que gera, em potência; aquela que traz o mundo em si e que é no mundo. Acredito, com isso, resgatar as Bruxas e as Mulheres Selvagens que Silvia Federici e Clarissa Pinkola Estés, respectivamente, nos trazem e que são tão caras para pensarmos, em conjunto, a temática de gênero e a influência que a voz literária exerce nesse debate. E por ser tantas e todas, Gaia convida a cada uma e a cada um que a lê a reconhecê-la da forma e na forma que quiser; a contemplá-la e completá-la com muito de si ao ver sua imagem refletida no nosso interior e a sua presença constante e próxima no nosso exterior.

Em “A ciranda das mulheres sábias”, livro de Clarissa Pinkola Estés, uma das grandes inspirações para escrita e reflexões deste trabalho, a autora nos presenteia com uma breve explicação do termo “comadre”², logo na primeira nota do livro. À sua explicação, em nota no fim do livro anteriormente citado, recorro agora:

COMADRE – [...] É uma palavra usada para descrever a relação íntima entre mulheres que cuidam uma da outra, que dão ouvidos e ensinam uma à outra, de uma forma na qual a alma está sempre incluída; às vezes ela é o assunto da conversa, e às vezes é com ela diretamente que se fala (ESTÉS, 2007, p. 121).

Diante do apresentado, as Cartas aqui compiladas destinar-se-ão às “Comadres”, alcunha que, diante das palavras de Clarissa Estés (2007), parece a ideal para o propósito narrativo de nossas histórias. Dessa maneira, a voz narrativa das Cartas aproxima aquela/aquele que a lê e, ao mesmo tempo, convida à reflexão e à escrita de si e da sociedade. Em diálogo entre personagens, as notas de rodapé, quando aqui utilizadas, apresentar-se-ão como um encontro de almas: as almas das Gaias que aqui assinam as Cartas e a alma daquela cuja história ecoa por cada canto daquelas. June Osborne, voz que narra a sua vivência enquanto Aia na República de Gilead, assina as notas de rodapé com comentários relevantes ao aprofundamento do tema citado em Carta. Sua saudação final, mencionando um “dia de maio. – J”, reforça o pedido de união na luta contra as cruéis imposições de Gilead que nos recorda da necessidade de união em um lindo dia de maio (Mayday, em inglês)³.

Ao apontar como as narrativas sociais como um todo, em suas expressões orais, verbais e/ou imagéticas, podendo ou não ser literária, leva em si muito de nós em sua construção e leitura, encontramos em nosso caminho algo primordial para pensar sobre as influências de classe, de raça e de gênero em nossas produções e em nossas leituras de expressões artísticas: a Estética da Recepção de Hans Robert Jauss. É a partir da metodologia proposta por Hans, em seu discurso na conferência sobre a história da literatura, sobre como abordar e analisar os fatos artísticos que partimos para refletir sobre como o uso de histórias literárias podem ser enriquecedoras para a/o assistente social no processo de intervenção e diálogo com as/os usuárias/usuários. Para o autor:

² Cara Companheira: gostaria de adicionar algo ao jogo de palavras por você iniciado: recordo-me de um diálogo que tive com Luke e que creio ser pertinente dividi-lo aqui com vocês: certa vez ele me contou que “*confraternizar significa comportar-se como um irmão*. [...] Ele me disse que não existia palavra correspondente que significasse *comportar-se como uma irmã*. Teria que ser *consororizar*” (ATWOOD, 2017, p. 20, grifos da autora). E quais outras palavras escondem as nossas existências e negam a nossa coletividade? Que façamos nosso dia de maio - J.

³ Cara Companheira: o uso da palavra “mayday”, ou “dia de maio” em português, se justifica, pois, a partir do conhecimento de que era assim que as mulheres de Gilead passavam mensagens uma para as outras: Mayday era o nome do grupo de resistência que tentava ajudar as mulheres a escapar de realidade violenta de Gilead. Que tenhamos um lindo dia de maio - J.

o foco deve recair sobre o leitor ou a recepção, e não exclusivamente sobre o autor e a produção. Seu conceito de leitor baseia-se em duas categorias: a de horizonte de expectativa, misto dos códigos vigentes e da soma de experiências sociais acumuladas; e a de emancipação, entendida como a finalidade e efeito alcançado pela arte, que libera seu destinatário das percepções usuais e confere-lhe nova visão da realidade (ZILBERMAN, 1989, p. 49, grifo meu).

Jauss, portanto, aponta novos caminhos para a compreensão dos impactos que a arte⁴, em específico a literatura, causa na sociedade, chamando a atenção para a “função social da literatura, entendida a partir do relacionamento dessa com o leitor” (ZILBERMAN, 1989, p. 50) e, ao considerarmos essa relação e “a potencialidade emancipatória da obra de arte” (idem), e a literatura enquanto tal, fica claro como olhar para a literatura se torna fundamental para o Serviço Social; afinal, a busca por uma sociedade emancipada não é uma das bandeiras de luta da categoria profissional? Deve-se, então, busca-la em todas as frentes e a literatura é uma dessas e no processo de luta pela garantia de direitos e de uma sociedade emancipatória, nenhuma frente deve ser desconsiderada ou diminuída, com o agravante de, ao fazê-lo - se fazê-lo -, dar continuidade ao processo de desmontes de direitos pela omissão.

É pela Estética da Recepção que podemos argumentar como as narrativas literárias, independente do gênero literário que é formulada, são capazes de convidar o leitor a preencher suas lacunas a partir das experiências pessoais de cada um: o leitor torna-se, também, autor; e, ao tornar-se autor, direciona o curso narrativo para a sua própria história, para si e para a sua compreensão do mundo e, assim, pode oferecer ao profissional outras demandas que podem não aparecer nos diálogos cotidianos. E, por outro lado, este trabalho faz uso de um gênero literário para que também a categoria profissional, em constante formação, possa se colocar nas lacunas reflexivas aqui expostas e possa, assim, perceber o seu processo formativo e a sua atuação profissional por outros ângulos.

No primeiro dia de maio, pois, está o espelho entre a República de Gilead e a República Federativa do Brasil. Para que, juntas, possamos analisar as imagens refletidas no espelho, nos voltamos para uma narrativa literária que é capaz de nos fazer pensar a realidade social construída ao longo dos anos no Brasil, partindo de uma perspectiva que fomente o debate de gênero e as violências sofridas pelas mulheres a partir da construção de uma sociedade pautada, também, em um modelo patriarcal, este trabalho se estrutura em um

⁴ Cara Companheira: aqui tomo a liberdade de dizer que, pensando em complementar o seu texto, adicionei em anexo algumas sugestões e imagens. São três os envelopes que anexei ao seu compilado e irei lhe sinalizar ao que se referem ao longo da leitura. A este ponto que marco agora, corresponde o envelope escrito “Anexo 2”, que chamei de “Histórias” e onde coloquei indicações de narrativas visuais e verbais que dialogam com o tema de nossa troca e que podem servir como complementos de debate em outros espaços. Que você tenha um ótimo dia de maio - J.

compilado dividido em três partes, a saber: na primeira parte, iremos dialogar sobre como a Literatura se apresenta como um meio possível de análise e, conseqüentemente como objeto de intervenção profissional, da sociedade, uma vez que a voz narrativa literária sempre foi usada para refletir sobre valores, morais e costumes de sua época. Para além, é apontado outros estudos que versam sobre como o uso de obras literárias, como meio de análise político-social, tem servido a outras disciplinas, como forma de reforçar que as narrativas literárias têm grande impacto social. E então podemos levantar o questionamento: por que ainda não no Serviço Social?

Na segunda parte, as linhas da ficção e da realidade começam a se misturar. A partir da análise de como os discursos da classe dominante naturaliza determinadas violências de gênero, começamos a refletir sobre as opressões às quais são submetidas as mulheres. Neste compilado, vemos como a influência de um discurso religioso é fundamental para a construção de um regime societário pautado na violência e submissão da mulher e como a esfera política se coloca como um dos principais alicerces na manutenção desse modelo societário.

Por fim, na terceira parte vemos como também a história do Serviço Social sofre com a construção narrativa que subjuga a mulher. Nele a Literatura se apresenta não só como um campo possível de se dizer a sociedade, mas também de espaço de construção e subversão da realidade, em especial no caso das mulheres. É nele que se apresenta “O Anjo do Lar”, aquele que as mulheres devem derrotar para que tenham a sua voz ouvida, e a voz de Carolina Maria de Jesus, que narra a sua luta que segue atual nas vozes de tantas outras Carolinas. É aqui que a experiência da Extensão ganha contornos, vozes e vida na defesa de que a LIJ, e outros gêneros literários e artísticos, é um caminho mais do que possível para a profissão ocupar: no reconhecimento de outras lentes para se olhar, analisar, intervir e modificar a sociedade, o Serviço Social pode reforçar as suas dimensões profissionais em um momento que enfrentamos uma agudização das perdas dos direitos da classe trabalhadora e um avanço do conservadorismo, inclusive na própria categoria profissional.

Partindo da compreensão do uso de obras literárias, e também de produções literárias autorais pelas palavras das/dos usuárias/usuários, como um instrumento possível para o Serviço Social, é importante aqui destacar outro ponto que se pretende aqui ressaltar: a literatura para além de algo puramente teórico, como um instrumento puramente, mas sim como um objeto repleto de instrumentalidade, capaz de englobar as três dimensões profissionais, a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; uma vez que o

uso que se propõe aqui de obras literárias pressupõe do profissional uma base crítica-reflexiva para a escolha das temáticas a serem abordadas, das obras a serem trabalhadas e das dinâmicas e reflexões a serem feitas para fomentar o debate com o público alvo da intervenção. É dessa forma que se inicia e que se espera continuar em reticências um caminho que começou a ser traçado na e pela Extensão Universitária: a busca por novas formas de atuação e de intervenção profissional para o Serviço Social. Caminho esse que se inicia em 2020 em um Projeto de Extensão, que segue nessas páginas e que se pretende semear em outros espaços e novos trabalhos.

1. A LITERATURA COMO MEIO POSSÍVEL PARA ANÁLISE DA SOCIEDADE

Pensar é uma forma de castração.
Por isso *a cultura é suspeita* na medida em que é identificada com atitudes críticas.
Umberto Eco - *O fascismo eterno* (grifo do autor)

Cara Comadre,

gostaria que as minhas palavras fossem escritas em tempos melhores, carregadas pelo contentamento de gozarmos, finalmente, de direitos iguais; contudo, receio em informar um assombroso acirramento das desigualdades, que reflete de forma direta e cruel na violência de gênero. Todavia, espero que estas mesmas palavras encontrem sejam lidas em tempos melhores pelas mulheres do futuro, quando estas olharem para o passado em busca de refazer o caminho que fez possível a caminhada delas. Por ora, a história que te contarei neste compilado de Cartas, e que poderia ser iniciada, assim como tantas outras histórias, com um “era uma vez...”, mas não era uma vez. Para algumas mulheres, a história aqui contada, sempre foi.

Entretanto, para contar a história das nossas heroínas literárias, eu preciso, antes, te contar a importância das narrativas para olhar a nossa sociedade. Destarte, neste primeiro compilado de Cartas que te envio, te escreverei sobre como as histórias fantásticas, em todas as suas feições culturais, são de suma importância para compreendermos o momento político e social de determinado tempo histórico. Pelas fábulas, pelos contos, pelas poesias, pelas narrativas literárias de modo geral, conseguimos compreender e analisar o pensamento dominante da época de sua produção; é nessa perspectiva que Clarissa Pinkola Estés (2018), ao tratar sobre os diferentes tipos de dominação feminina, traz como os contos de fadas, os mitos e as histórias podem, também, proporcionar às mulheres “uma compreensão que aguça o nosso olhar” (p. 18), nos permitindo, pois, o reconhecimento de situações de silenciamentos e de violências e, com isso, podendo nos conduzir em direção a um caminho de resistência.

Para, então, tecer as linhas deste Conto, as primeiras Cartas que chegarão a você estão divididas em duas seções, para que melhor a história seja contada e recontada; a saber: na primeira seção, espero que as minhas palavras consigam te fazer perceber que as linhas entre ficção e realidade muitas vezes se misturam em um emaranhado de narrativas que nos contam, em estórias, as histórias da humanidade. Para tal, encontro em Cândido (2011), Santos (2008) e Lukács (1968) vozes auxiliadoras para essa reflexão. Na segunda seção, estas linhas tão novas ao curso de graduação de Serviço Social, especialmente em se tratando de um trabalho de conclusão de curso, encontram nas linhas de trabalhos de outros cursos,

argumentos para se fazer nascer e crescer em terreno próspero. Os trabalhos de Iranildo Mota da Silva (2018) e de Gabriella Patrícia dos Santos Lins (2015) são aqueles que mostram que “se trabalharmos com a noção ampliada de literatura”, seu estudo pode beneficiar disciplinas outras, incluindo o Serviço Social, “se tornando socialmente relevante”, como aponta Joel Rufino dos Santos (2008).

1.1 - Entre realidade e ficção

Pergunto-me como tem sido a sua percepção sobre o tempo neste momento em que vivemos: em meio às instabilidades sociais e políticas que atravessamos. Mais especificamente, pergunto-me sobre a sua percepção sobre você, como um sujeito ativo nesta sociedade, frente aos retrocessos e ataques que enfrentamos, e sobre o *seu* tempo diante de tudo isso. Como você se percebe em sociedade? Como percebe as influências, diretas e indiretas, das suas ações e das suas omissões nesta sociedade? E como percebe, se o faz, as ações desta sociedade nas suas ações e na sua visão de mundo? São estas e outras perguntas, minha cara, que impulsionam um escritor, ou qualquer outra pessoa que se propõe a criar arte; afinal, nenhuma arte é neutra: ela sempre diz algo sobre o mundo a partir de uma determinada visão, que é influenciada pela classe, pelo gênero e pela raça de quem a produz e de quem a consome. Um segredo: nem sempre o artista tem consciência disso; seu consumidor tampouco.

Neste início, antes de lhe contar a história de nossas heroínas, te conto sobre a importância de, ao analisar e/ou consumir qualquer expressão artística e cultural, olhar o tempo histórico de sua produção; afinal, ele nos servirá de bússola quanto aos discursos vigentes, especialmente o da classe dominante e os seus interesses. Alfredo Bosi (2013) enfatiza que há uma história em todas as escolhas que fazemos, agimos, pois, segundo uma determinada orientação para atingir determinado fim; a história contida nas nossas escolhas, diz o autor, não é puramente pessoal: ela “tem a ver com o *ethos* de uma geração que compartilhou durante algum tempo as mesmas perplexidades no plano das ideias e no plano dos valores” (grifo do autor). Nossas escolhas, então, contêm em si sementes de histórias que são escritas no coletivo social, a partir da nossa sociabilidade como sujeitos inseridos em determinado modelo societário. Desta maneira, tudo o que produzimos carrega, em si, determinado valor ideológico que reflete as relações sociais de sua época, uma vez que “as ações humanas, as tendências filosóficas e políticas” se explicam “pelas *relações sociais* [...]

que se estabelecem no decurso da produção e pelo *devir histórico*, isto é, as transformações que continuamente ocorrem na sociedade” (SANTOS, 2008, p. 65).

Para que comecemos a pensar, cara companheira, a Literatura como um instrumento possível de análise político-social e, portanto, um objeto possível de pesquisa e de instrumento profissional para o Serviço Social, cabe aqui apontar que “no marxismo, a relação entre indivíduo e classe é considerada em toda a complicada dialética da realidade” (LUKÁCS, 1968, p. 71) e que, portanto, podemos percebê-la, também, nas produções literárias. Por estar inserida na dialética social, a Literatura pode servir aos propósitos revolucionários do proletariado, que buscam romper com os valores vigentes; como pode servir aos interesses da classe burguesa, ao reforçar determinados valores e preconceitos que auxiliam na manutenção da ordem vigente.

Devemos começar, também, pelo reconhecimento das narrativas literárias como sendo intrínsecas à história da humanidade e às mudanças sociais - sendo ela objeto transformador e objeto transformado, simultaneamente -, aparecendo “claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” (CANDIDO, 2011, p. 176), em que “os grupos sociais, [...] até onde se expressam pelo pensamento e a arte, só podem ver aquilo que as condições materiais engendram na sua consciência” (SANTOS, 2008, p. 28). Em outras palavras, cara amiga: “não há povo e não há homem que possa viver sem ela [a literatura], isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação” (idem), ao passo que a sua produção literária carrega, em si, as condições materiais próprias de seu tempo. Por consequência, a literatura não só deve ser concebida como um direito humano incompressível⁵, como o “sonho acordado das civilizações” e que, assim, “talvez não haja equilíbrio social sem a literatura” (CANDIDO, 2011, p. 177); e não foram os livros que, afinal, fizeram nascer as civilizações como hoje as conhecemos? A literatura coloca-se, portanto, como um campo possível de estudo para o Serviço Social, proporcionando ao profissional novos ângulos de análise da realidade para uma prática interventiva e propositiva e, para além, por ser uma profissão que atua pela e na garantia de direitos à classe trabalhadora, devemos considerar que “a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um

⁵ Cara Companheira: acredito caber aqui uma intervenção: segundo Antônio Cândido, pensar a distinção entre o que chama “bens compressíveis” e “bens incompressíveis” está intrinsecamente ligado ao pensar os direitos humanos, uma vez que “a maneira de conceber a estes depende daquilo que classificamos como bens incompressíveis, isto é, os que não podem ser negados a ninguém” (CÂNDIDO, 2011). Dessa forma, defender o acesso à literatura é reconhecer que esta não deve ser negada a ninguém, uma vez que a construção da liberdade a partir das linhas literárias é imprescindível para uma formação humana e social que se pretende crítica e transformadora. Um lindo dia de maio. - J.

estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura” (CANDIDO, 2011, p. 193), uma vez que “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos” (idem) a luta pelo acesso igualitário e fomento à leitura deve ser uma luta também da categoria profissional do Serviço Social.

Preciso alertá-la, minha amiga, que, ainda que contenha em si valores, juízos, morais, etc. do seu tempo histórico, a literatura não é um simples reflexo da vida social e política de seu tempo, embora a literatura seja, também, “um reflexo da realidade objetiva” (LUKÁCS, 1968, p. 37). Para que de fato tenha um potencial revolucionário, portanto, é preciso que o escritor perceba em si os preconceitos de sua época e rompa com eles, a partir de “uma autocrítica que permita destruir a aparência capitalista na própria psique do escritor” (LUKÁCS, 1968, p. 86). Bem diz Joel Rufino dos Santos (2008, p. 60) quando aponta que “se a realidade se mostrasse à vista [...], não seria necessário qualquer esforço do conhecimento, nem qualquer teoria, ou método de análise”. Veja você: se eu simplesmente lhe escrevesse narrando o meu cotidiano durante o isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, em um país cujo governo negacionista discursa abertamente minimizando os impactos daquela, ainda que eu pontuasse como esse cenário agudizou inúmeras expressões da Questão Social⁶, mas não questionasse aquilo por trás da aparência, dos fatos crus, estaria, pura e simplesmente, lhe descrevendo a realidade aparente, a partir da minha perspectiva - segundo o lugar que ocupo na sociedade a partir do meu gênero, da minha classe e da minha raça -, sem qualquer elemento crítico capaz de leva-la - e levar-me - a refletir sobre a essência da questão, portanto, sem qualquer elemento de fato revolucionário. Quando assim o é, a narrativa literária se coloca a serviço da ordem capitalista, reforçando preconceitos e pensamentos da classe hegemônica e auxiliando na manutenção da ordem vigente. Lukács (1968), na primeira parte de seu livro “Marxismo e Teoria da Literatura”, analisa como Marx e Engel, a quem chama de “Historiadores da Literatura”, se colocam contra o “aburguesamento da consciência proletária de classe” (p. 10) a partir de análises dos escritos dos autores sobre algumas

⁶ Cara Companheira: acredito que aqui cabe destacar de qual perspectiva compreendemos a Questão Social que nos é fundamental para avançar com o nosso diálogo. Ao longo da história da humanidade, a desigualdade social sempre esteve presente, porém, a partir da década de 1830, a desigualdade social passa a ser consequência de uma nova dinâmica social e, para começar a dar conta dessa nova dinâmica, surge a expressão “questão social”. Segundo Marx, no primeiro volume d’O Capital (1867), em seu capítulo 23 (“lei geral da acumulação capitalista”), a Questão Social se constitui do próprio desenvolvimento do sistema capitalista a partir de algo particular desse sistema: a relação desigual e de exploração do capital/trabalho. Tal exploração é o que faz com que vivenciamos um momento em que a pobreza se agudiza e intensifica pelas mesmas condições que propiciam a sua redução e supressão. É a partir do conflito e da relação de exploração entre capital/trabalho que outras dinâmicas e relações de violência e opressão se forjam, e a essas chamamos de “expressões da Questão Social”. Para um pouco mais sobre o assunto, recomendo a leitura deste texto de 2018: <<https://diplomatie.org.br/para-derrubar-este-sistema-vampiro/>>; por mim acessado em: 20/09/2022, às 13:32h. Um ótimo dia de maio - J.

narrativas literárias produzidas durante o Realismo Literário, em que a chamada literatura oficial da decadência “se constitui sôbre a base de uma conformidade direta com a ideologia capitalista, uma ‘harmonia’ mentirosa, que elude as contradições reais do sistema capitalista” (LUKÁCS, 1968, p. 92). Como, então, podemos romper com isso?

É preciso reconhecer que “o que chamamos de cultura é uma faca de dois gumes, serve ao mesmo tempo à alienação do espírito e à sua autonomia, ao conhecimento e à fetichização” (SANTOS, 2008, p. 197), ou seja, pode ter duas concepções; desta forma, cabe perguntar: como essa ideia interfere na forma como consumimos, compreendemos, interpretamos e produzimos a literatura socialmente? A você que me lê agora, proponho o seguinte desafio: que tal listar as obras literárias que você consumiu do seu primeiro contato com a literatura até o último. Quais são os gêneros textuais predominantes? São obras escritas por escritores ou escritoras? São nacionais ou internacionais? Quais temáticas são tratadas em suas linhas? Como você se relaciona com cada uma delas? Você se reconhece ou não nas personagens e/ou na narrativa? Talvez você não encontre as respostas para essas perguntas de pronto, mas gostaria de te fazer uma última provocação: quantas dessas obras literárias que você pensou são narrativas orais de histórias que alguém te narrou um dia? Se você me permite um palpite, diria que a sua resposta à última pergunta teve um número baixo, até mesmo zerou. Por que isso? Porque a literatura oral é livre de berço; ela viaja tempos, civilizações, classes, raças, etnias, etc... sem reconhecer amarras, suas palavras são mais difíceis de domar. Por outro lado, a literatura em livro pode ser mais facilmente controlada pelos valores e visões da classe hegemônica, uma vez que é mais facilmente transformada em uma mercadoria comercial. Neste último caso, a classe hegemônica se vale do seu controle sobre os chamados “*canais competentes* para definir literatura, em qualquer circunstância” (SANTOS, 2008, p. 194, grifo do autor) e para controlar o que deve ser consumido e o que deve ser descartado pela grande massa.

Ao reconhecermos que a arte é capaz de influenciar o destinatário seja vinculando ou criando normas sociais, sendo somente no último capaz de romper com a ordem vigente, nela também é possível encontrar representações dos conflitos oriundos da luta de classe que se estabelece no modo de produção capitalista, oferecendo, portanto, “um campo vasto e significativo para descobrir e investigar a realidade” (LUKÁCS, 1968, p. 84).

Joel Rufino dos Santos (2008) define como texto literário todo aquele que não se limita a ilustrar nada, ou seja, todo aquele que “não apenas informa sobre a realidade, cria uma realidade extra, uma prótese do real que nos serve para melhor enxergar o real” (p. 116).

Trazendo como exemplo a peça de Nelson Rodrigues, “Anjo Negro”, Joel Rufino (2008) mostra como a peça potencializa o debate anti-racista, desmascarando o mito da democracia racial, ao apresentar ao público “um conhecimento objetivo sobre o funcionamento das relações raciais no Brasil” através da peça (p. 117). “Anjo Negro” não traz, em sua narrativa, uma representação do racismo, mas uma apresentação, causando um incômodo no público (SANTOS, 2008) ao não permitir que este permaneça com a sua crença no discurso aparente de uma democracia racial, trazendo em seu texto, uma “vertente profunda do racismo [que] não foi captada pela sociologia, mas pelos grandes artistas e escritores, uma vez que são fenômenos inconscientes, simbólicos e efetivos” (SANTOS, 2008, p. 119), levando, portanto, aqueles que consomem a obra a encarar a realidade do preconceito racial tão enraizado na sociedade brasileira.

Ao narrar a sua história, June conta que gostaria de acreditar que o que conta, clandestinamente, nas fitas é só uma história; mas do que gostar, é precisar que seja, afinal “aquelas que conseguem acreditar que essas histórias são apenas histórias têm chances melhores” (ATWOOD, 2017, p. 52). Quantas vezes, ao lermos ou vermos o noticiário, contamos a nós mesmas que as histórias ali narradas, são histórias distantes de nossas realidades? São histórias que não nos afetam? Ao te escrever essa página, vivencio um período onde a violência doméstica tem um aumento significativo e, ao mesmo tempo, a não notificação de inúmeros casos de violência contra à mulher é ainda mais preocupante; uma vez que, por conta da quarentena que enfrentamos, muitas mulheres estão ainda mais à mercê de seus violadores, sem ninguém a quem contar a sua história⁷. Ao não permitirem, ao dificultarem e ao negarem o registro dessas histórias é não somente mascarar uma realidade de abusos e violências, como também fazer com que a vítima acredite estar sozinha. Foi a partir de uma escrita clandestina que June se reconheceu em comunhão com outra mulher que esteve submetida às mesmas situações de violência que ela: *nolite te bastardes carborundorum*. Mesmo sem saber do que se tratava, “era uma mensagem, e a mensagem era por escrito, proibida exatamente por este fato, e não tinha sido descoberta. Exceto por mim, para quem era destinada. Era destinada a quem quer que viesse a seguir” (ATWOOD, 2017, p. 65-66); era uma mensagem sem rosto, passada para outras alguéns também sem rostos. “Agrada-me saber que sua mensagem tabu conseguiu chegar a pelo menos outra pessoa, que

⁷ Cara Companheira: gostaria aqui de acrescentar que a minha narrativa que aqui serve como objeto de análise ocorreu de forma oral, uma vez que era proibido às mulheres - com exceção das Tias, aquelas que ocupavam um cargo próximo aos Comandantes - ler e escrever. Cotei a minha história de forma clandestina, no porão de uma das casas onde servi e ao conta-la, pude fingir que existiam milhares me ouvindo, afinal, ao contarmos uma história, sempre a contamos a alguém, ainda que não tenha ninguém. Um lindo dia de maio - J.

se fez carregar por si mesma, deixada sobre a parede de meu armário, foi aberta e lida por mim” (ATWOOD, 2017, p. 66), nos conta June⁸. Em Gilead, não existe mais arte: nem filmes, nem revistas, nem livros; especialmente para as mulheres. “[...] Decidiram que mesmo os nomes de lojas eram tentações demais para nós” (ATWOOD, 2017, p. 36), afinal, para limitar os corpos dessas mulheres, se fazia necessário limitar também as suas mentes, criar novos hábitos longe da liberdade da imaginação, uma vez que “hábitos são difíceis de abandonar ou despir” (idem) e a liberdade da imaginação, provocada pelas palavras, poderia formar, na excitação da história e do não estar sozinha, um senso de coletividade perigoso para os interesses dos Comandantes.

Caras companheiras, diante de tudo o que te relato até aqui, como podemos negar que a arte, em especial a literatura, é capaz de tirar as “máscaras sociais” ao contar histórias fantasticamente reais, que se propõem, de forma descompromissada, a “revelar o que está por detrás das aparências” (SANTOS, 2008)? Por mais que as relações entre literatura e sociedade sejam sutis e complexas (idem), “não se explica, no Brasil, [a] obra de Graciliano caso se desconheça a Revolução de Trinta, nem [a] de João Ubaldo quando se ignoram as vicissitudes da ‘civilização baiana’” (SANTOS, 2008, p. 191), por exemplo. A literatura, portanto, alimenta a liberdade do pensamento, que se fortalece para reconhecer a essência por detrás do aparente real; assim sendo, é mais do que fundamental se falar do acesso ao direito às múltiplas narrativas como um direito humano indispensável para o desenvolvimento de uma classe liberta, uma vez que na liberdade podemos encontrar caminhos para uma reflexão crítica e para o reconhecimento de si e do mundo e de si no mundo, uma vez que “autoconhecimento e conhecimento do mundo são inseparáveis” (LUKÁCS, 1968, p. 85). E nesse ponto, é importante a troca entre os estudos de narrativas literárias e o Serviço Social.

⁸ Cara Companheira: por anos rezei silenciosamente as palavras clandestinas, assinadas em anonimato por outra mulher, que encontrei em meu armário. Mesmo sem saber o que significava, me soava “correto, apropriado, e [teria] que servir, porque não [sabia] mais o que dizer a Deus” (ATWOOD, 2017). Recordo-me do dia que descobri o seu significado: estava violando as regras, duplamente: estava sozinha com o Comandante da casa e jogávamos palavra-cruzada. Tomei coragem e, sem revelar de onde conhecia a frase, perguntei o significado das minhas orações. Como não soube pronunciar corretamente, sugeri que eu poderia escrever a palavra. Tamanho foi o assombro dele que me dei conta de que, possivelmente, ele “não se lembra de que sei escrever” (idem); mesmo assim, depois de um tempo e para a minha surpresa, ele me passou um papel e uma caneta. “Pegar a caneta entre meus dedos é sensual, parece quase viva, posso sentir o poder, o poder que as palavras contêm” (ATWOOD, 2017). E então, ao ler o meu rabisco abandonado, ele ri, diz que “isto não é latim de verdade, [...] é apenas uma piada”. Parecendo esquecer mais uma regra ou não dando a mínima para o que as suas palavras criaram, pegou um livro, o abriu em minha presença e me mostrou uma ilustração da Vênus de Milo; “escrito com a mesma tinta dos cabelos desenhado na Vênus” estava a inscrição. Ele disse que era difícil explicar, pois a graça só se mostrava se a pessoa soubesse latim, mesmo assim insisti para saber o significado e ele traduziu: “não deixe que os bastardos esmaguem você”. E, de repente, “está tudo diante de mim agora. Posso ver por que ela escreveu aquilo na parede do armário, mas também vejo que deve ter aprendido aqui, neste aposento” (ATWOOD, 2017). Que não deixemos os bastardos nos esmagarem e que façamos o nosso dia de maio - J.

Ao concordamos com Joel Rufino (2008) que “as condições sociais [...] são a primeira coordenada para investigar obras literárias” (p. 167), podemos perceber que o caminho inverso também pode ser verdadeiro e que, portanto, obras literárias podem servir como coordenadas para investigar as condições sociais e, neste ponto, podem servir como valiosas bússolas no fazer profissional da(o) assistente social. Neste ponto, começo a contar a história de como vi literatura e Serviço Social fortalecerem um ao outro na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: através da Extensão Universitária que se manteve resistente ao distanciamento social e à quarentena provocados pela sindemia⁹ da Covid19. Sendo uma profissão de intervenção ativa na sociedade, “estudar, pesquisar, debater temas, reler livros e textos não podem ser atividades desenvolvidas apenas no período da graduação ou nos ‘muros’ da universidade e suas salas de aula”, ou seja, é preciso que em seu cotidiano profissional a (o) assistente social se mantenha sempre atualizado, questionando as demandas institucionais e acompanhando o movimento e as mudanças da realidade social (SOUSA, 2008) e, para tal, as obras literárias podem servir como um objeto fundamental para a prática profissional quando do diálogo com a população usuária. A compreensão das diversas expressões da linguagem é urgente para o profissional se manter atualizado e em diálogo com a população usuária, uma vez que essa compreensão permite ao profissional as informações necessárias para uma prática interventiva de qualidade que se coloca para além da demanda aparente trazida pelo usuário.

A experiência adquirida no Projeto de Extensão “De linhas, outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos possíveis à contação e à criação de livros em literatura infantojuvenil”, me permite te contar, minha amiga, como o uso de obras literárias serve como um poderoso instrumento no reconhecimento de expressões da Questão Social e na denúncia de violências oriundas da Questão Social, especialmente em um momento de agudização das mazelas sociais. Por meio da prática interventiva da contação de histórias de literatura infantojuvenil, o Projeto fomentou debates sobre temas relevantes socialmente e recebeu respostas dos usuários que indicavam outras demandas, fatores sociais e visões amplas do mundo e da sociedade. Em um dos momentos do Projeto, foi recebido em narrativa literária

⁹ Cara companheira: aqui destaco a vocês a importância de pensarmos sempre o contexto social do momento. Em uma matéria, ainda no ano de 2020, assinada por Laura Plitt para a BBC News Mundo, percebemos como analisar a Covid-19 como uma sindemia e não uma pandemia, mudava - ou deveria mudar - os rumos de enfrentamento e tratamento direcionado ao combate do vírus. É necessário, sempre, pensarmos o contexto social de profunda desigualdade que estamos inseridos, para que possamos pensar estratégias de enfrentamento e superação. Deixo aqui uma forma de acessar a matéria por mim citada: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785>>. (Acesso em: 08/02/2022, às 17:23h). Um ótimo dia de maio. - J.

um relato sobre violências de gênero sofridas ao longo de uma vida, que te contarei mais em outro compilado; por ora, cabe o apontamento de como a linguagem literária, em seus jogos de palavras pode ser fundamental para o reconhecimento das demandas escondidas na aparência da imediaticidade e que, por essa razão, como te contei mais acima neste compilado, é que a literatura e a sua liberdade permitida se colocam como inimigas diretas do estado autoritário de Gilead e, por isso, deveria ser banida.

Contudo, antes de entrarmos na Gilead literária, permita-me lhe mostrar outros trabalhos que encontrei a partir de minha pesquisa e que nos servirão como testemunhas de que, em outros espaços, tempos e gêneros, a literatura tem servido de um ótimo alimento para reflexão sobre a sociedade; servindo como ótima fonte de denúncia e de crítica aos regimes autoritários, aos preconceitos e aos silenciamentos que assombram a sociedade há muitos anos.

1.2 - Do diálogo com outros estudos de caso

É bem verdade que a “interdisciplinaridade e diversidade de métodos são os melhores patrimônios da universidade” (SANTOS, 2008, p. 125) e que a literatura é a purgação da vida, em que ou escrevemos ou somos engolidos pelo nada (SANTOS, 2008, p. 161). Neste compilado te apresento dois trabalhos que corroboram com as duas afirmativas que tomei emprestadas de Joel Rufino dos Santos e que nos serão fundamentais para analisarmos como nossos companheiros diários, os livros, nos auxiliam na reflexão crítica do nosso real. “Literatura e Ditadura: a construção de uma imagem de repressão e resistência” de Iranildo Mota da Silva e “Distopias de gênero em contos especulativos de Margaret Atwood e Raphael Carter” de Gabriella Patricia dos Santos Lins, são teses do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (Universidade Federal de Alagoas), respectivamente, que guiar-nos-ão pelas possibilidades que as narrativas literárias têm em se construir instrumentos de resistência, de luta e de liberdade.

Reforçando a importância do que já trocamos anteriormente, preciso te contar que foi a partir do movimento modernista que “a literatura brasileira passou, de forma mais efervescente, [...] [a adotar] um caráter de denúncia crítica sócio-político-cultural” (SILVA, 2018), fazendo “uso de aspectos da realidade e da ficção como recursos estilísticos para a interpretação e compreensão do que é narrado” (idem) e, a partir dessa construção e do instrumento narrativo que dispunham, os autores fizeram da arte literária, em especial do

gênero narrativo romance, uma das principais formas de resistência e denúncia das inúmeras expressões da Questão Social presentes na sociedade brasileira da época.

Assim como eu me perguntei de que forma as violências de gênero que estampam manchetes de jornais, ocupam as grades de horários televisivos, firmam raízes em relatos nas redes sociais e ecoam nas vozes e ações de líderes políticos, encontram reflexos nas páginas narrativas do livro *O Conto da Aia*; Iranildo Mota da Silva (2018), entre outras perguntas, se questionou “que estratégias eram traçadas para criticar essa fase [a ditadura] política sem ser censurado?”, e encontrou nas obras literárias um dos caminhos possíveis para compreender essa inquietação. Usando as obras “*Pessach: a travessia*” de Carlos Heitor Cony e “*A festa: romance: conto*” de Ivan Ângelo, Iranildo da Silva (2018) analisa as vozes dos narradores das obras escolhidas “para investigar como se apresenta a face/imagem da ditadura militar antes e depois do AI5¹⁰ na literatura brasileira daquele período”. Ou seja, de que forma o contexto político-social, em que a censura ganha contornos mais duro, interfere nas narrativas literárias e como esta se vale da liberdade da linguagem para resistir aos silenciamentos e opressões impostas pela ordem vigente.

Já a pesquisa de Gabriella Lins (2015) nos permite reconhecer no estudo literário das ficções científicas, especialmente nas utopias e distopias, como também é classificada a narrativa literária *O Conto da Aia* que aqui nos serve de objeto de estudo, de análise e de reflexão, “um espaço privilegiado para leituras sob uma perspectiva crítica feminista, norteadas por teorizações oriundas dos Estudos de Gênero”; em que a autora escolhe duas obras para análise, sendo uma delas “*Freeforall*” de Margaret Atwood. Posso dizer para você, cara amiga, que o que a autora traz se equivale ao que aqui dialogamos: as narrativas literárias como fortes objetos de análise e de debate sobre as violências de gênero e questões de gênero que vivenciamos em sociedade. Embora sendo narrativas de gêneros literários distintos, “*O Conto da Aia*” e “*Freeforall*”, ambas escritas por Margaret Atwood, “ativam uma função crítica e utópica ao centrarem suas distopias em temáticas de gênero, por meio de um exagero na representação do binarismo heterossexista voltado para a reprodução” (LINS, 2015).

¹⁰ Cara Companheira: ao longo do nosso debate reforçamos a importância do contexto histórico para que possamos refletir sobre determinada temática; dessa maneira, acredito ser pertinente apontar, aqui, que o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi “baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva” e “definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados” (FGV, s/d). A LIJ também teve um papel de grande importância nesse momento, para saber mais, recomendo a leitura: “Ruptura e subversão na literatura para crianças” - Maria Lucia Machens. E, para mais sobre o AI-5: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Por mim acessado no dia: 20/09/2022, às 14:04. Que você tenha um lindo dia de maio - J.

Todavia, devo lhe acrescentar que ao contextualizarmos a voz da personagem narrativa de “O Conto da Aia” em nossa sociedade, talvez notemos que não há um exagero narrativo e, para além, ao levarmos em consideração a interseccionalidade de gênero, raça e classe, a sua narrativa perde parte do caráter distópico, ao considerarmos que mulheres racializadas ocuparam e ocupam uma posição social que se equivale às Aias.

Em ambas as obras de Margaret Atwood aqui destacadas, temos como temática “o controle do corpo da mulher [a partir de] uma reprodução imposta [por uma] sociedade hierarquizada” (LINS, 2015) baseada em uma concepção extremamente patriarcal e, no caso de “O Conto da Aia” com grande influência de um conservadorismo cristão. Em sua tese, Gabriella Lins traz nomes como Judith Butler e Adrienne Rich para dialogar com as questões de gênero e controle dos corpos das mulheres; aqui gostaria de te destacar outro nome: Silvia Federici. A filósofa italiana traz no terceiro capítulo de seu livro “Calibã e a Bruxa”, como o controle dos corpos, em especial o corpo das mulheres visando especial e essencialmente à reprodução, foi de fundamental importância para a Acumulação Primitiva do Capital¹¹, debate caro para o Serviço Social. Dessa forma, cara você, reforço como esta análise não foge da criticidade demandada pela categoria profissional, ao contrário, se coloca como caminho - urgente e possível - para análise e intervenção crítica na realidade social.

Em ambas as teses que aqui te apresento, cara amiga, encontramos a defesa de que a narrativa literária, em seus diferentes gêneros, são capazes de acompanhar e extrapolar os contornos político-sociais de suas épocas: acompanham ao trazer na voz narrativa aspectos comuns ao cenário onde se estrutura; extrapola ao trazer nas lacunas dessa mesma voz, o fomento ao pensamento crítico reflexivo daquele cenário e, para além, desperta inquietações

¹¹ Cara companheira: gostaria de aqui memorar, àquelas que já estão familiarizadas com o meu relato, e compartilhar, àquelas que desconhecem até então a minha história, uma das narrativas que faço ao contar o meu relato: na construção da República de Gilead, existe inúmeras similaridades com o processo de acumulação primitiva apontado pela autora citada em Carta, mas aqui gostaria de destacar dois pontos que ela traz na Introdução do livro: “ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p. 26). Ao ler o primeiro ponto que destaco, recordo de uma conversa que tive com a minha amiga Moira - e que conto em meu relato - no momento em que descobri que minha conta bancária foi congelada e ela me informou que, naquele momento, pela lei, as mulheres não poderiam mais possuir bens, que nossos bens seriam transferidos para o nosso marido ou parente mais próximo do sexo masculino (ATWOOD, 2017, p. 214). Já o segundo ponto destacado me remete ao desabafo que fiz sozinha, sentada no porão escuro da casa onde gravei clandestinamente a minha história: recordo que ao ser chamada para o escritório de um Comandante, senti-me “como uma criança que foi chamada, na escola, ao gabinete do diretor” (p. 165), questionando-me o que eu havia feito de errado, afinal eu não poderia ter nenhum tipo de contato, sozinha, com os Comandantes, uma vez que “[...] não devem existir quaisquer oportunidades ou atividades que possam dar ensejo a amor. *Somos úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes*” (p. 165, grifos meus). Espero que as minhas palavras te encontre em tempos melhores. Um ótimo dia de maio - J.

de como podemos superar esta opressão? De que forma não mais seremos silenciadas? Em “O Conto da Aia” o silêncio só pode ser quebrado ao se fazer coletivo em um dia de maio. Eu te pergunto: quando e qual será o nosso dia maio?

Ao citar Jean-Paul Sartre, Iranildo da Silva (2018) traz algo que aqui nos é caro: “o escritor engajado sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar”; por essa razão, podemos encontrar nas veias das linhas narrativas, o oxigênio para uma transformação social de maneira crítica e consciente. Na obra literária “Pessach”, analisada por Iranildo da Silva (2015), por exemplo, a voz narrativa se vê no seguinte dilema: “unir-se à luta armada contra o regime que assolava a população brasileira e a classe intelectual, ou sentar-se em seu sofá e assistir a tudo como mero espectador”; tais dilemas facilmente encontrados refletidos na população brasileira que vivia, dia-a-dia, o contexto político-social da época.

Perceba, cara você, ao olhar ao seu redor agora, que estamos cercadas por intervenções artísticas; que estamos a alguns - poucos - cliques de variadas expressões artísticas e culturais, pertencentes a diversos períodos históricos, sociedades e influências. “[As obras de Ivan Angelo e Heitor Cony], foram romances que conseguiram criar uma imagem que viria a representar o momento político pelo qual passava a classe artística e a sociedade brasileira para futuros leitores que não tiveram contato com o momento em questão” (SILVA, 2018); e isso, minha amiga, nos prova como as linhas literárias são capazes de resistir aos silenciamentos, às violências e ao tempo, se construindo instrumentos valiosos no processo de formação crítica e social de sujeitos ativos na sociedade.

Diante de tudo o que aqui já te escrevi, busco enfatizar como as obras literárias podem complementar os estudos, debates e análises sociais, servindo, portanto, como um material crítico-interventivo, *também*, para o Serviço Social. Nas palavras de SILVA (2018): “os trabalhos que buscam relacionar o texto literário com a história são de grande relevância, tanto para os estudos históricos, quanto para os literários”, uma vez que o texto e o contexto de sua produção são intrínsecos; pretendo, pois, com as cartas que dedico a você, provocar àqueles que me acompanham em formação acadêmica: não está na hora de encontrarmos novos caminhos e possibilidades? E por que não nos encontrar nas interventivas lacunas das narrativas literárias? Afinal, não são essas lacunas o equivalente da essência que se esconde na imediaticidade aparente?

Mas afinal, você deve estar me questionando, o que permite à narrativa literária se constituir como um possível instrumento de subversão? Dentre outros aspectos te aponto a

linguagem literária. Gabriella Lins (2015) aponta que “a linguagem presente na estrutura das obras permite que o/a leitor/a visualize, de forma mais enfática, o desvio das convenções formais da escrita, o que chama a atenção para o potencial crítico discursivo presente nestas narrativas” e, conseqüentemente, com grande potencial de subversão das convenções sociais hegemônicas. E não é a linguagem um importante instrumento de intervenção profissional da/o assistente social? Assim como “a linguagem, de certa forma, assume o papel de protagonista e de cúmplice do escritor” (BRAIT *apud* SILVA, 2018), ela também o é da/o assistente social no seu cotidiano profissional, independente de sua área de atuação. E, ao considerarmos a prática interventiva profissional e o papel desempenhado pela linguagem nessa atuação, é caro apontar que “ao manifestar suas impossibilidades e contradições, a linguagem, enquanto conjunto narrativo, expõe também as possibilidades, as impossibilidades e as contradições que caracterizam o universo aí recriado” (idem) e, assim, nos permitir pensar e propor intervenções e análises que se colocam para além das demandas que nos chegam na imediaticidade.

Ao tratar da narrativa literária “A Festa”, Silva (2018) nos aponta como o texto narrativo é capaz de não só trazer à luz as “questões políticas dos acontecimentos da época, mas também às condições de produção dos escritores e às formas de narrar, de usar o texto literário como mecanismo de resistência ao silenciamento”, sendo uma narrativa que se faz subversiva *também* ao “(des) construir imagens, uma vez que era esperado que os escritores se revelassem coagidos e submetidos a este silenciamento” (idem), podendo fomentar em seus leitores igual sentimento subversivo que não se permite caber nos silenciamentos do regime totalitário da época.

Algo parecido nós podemos encontrar em “O Conto da Aia”, uma vez que June nos narra a sua história escondida em um porão de uma das casas onde serviu: a sua história rompe o silenciamento imposto a ela pela sociedade de Gilead, ecoando a partir dos corredores clandestinos de mulheres que, silenciosas, não se permitiram calar e encontraram meios de romper e escapar do sistema de opressões as quais seus corpos e suas palavras eram submetidos. Assim, também, se forma a nossa narrativa; esta que construímos em conjunto, diante da fragilidade do governo democrático que ainda nos permite dizer. Mas será que permite de fato?

Despeço-me aqui com uma reflexão para o próximo compilado: nas páginas por mim tantas vezes relidas, June tece comentários sobre como os direitos das mulheres pouco a pouco foram sendo tirados e como ninguém percebeu até ser tarde; nas manchetes

informativas da nossa realidade, despertamos sempre com alguma violência de gênero em destaque. Com o avanço de um discurso conservador pautado em ideais cristãos, que ganham espaço no cenário político brasileiro - seja na grandeza da bancada evangélica, seja no lema “Deus, Pátria e Família” - e que muito se aproxima das ideias que ergueram a República de Gilead, de que forma as nossas narrativas podem romper o silêncio ao qual somos diariamente submetidas?

Que minhas palavras nos abra os caminhos de um lindo dia de maio,
Gaia.

2. OS DISCURSOS NARRATIVOS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Não sou Ninguém! Quem és tu?
 Também – tu não és – Ninguém?
 Somos um par – nada digas!
 Banir-nos-iam – não sabes?
 Emily Dickinson - *I'm Nobody*

Cara Comadre,

como te escrevi anteriormente, o nosso “era uma vez” sempre foi, especialmente ao considerarmos conceitos como gênero, raça e classe. Penso bastante no que Clarissa Pinkola Estés disse sobre “um dos mais antigos truques conhecidos dos contadores de histórias” (2018, p. 92) em que a narrativa é iniciada por um “Era uma vez, e não era uma vez...”, com “a intenção de alertar a alma do ouvinte para o fato de a história ter lugar no mundo entre os mundos, onde nada é o que parece ser à primeira vista” (idem). E quantas vezes discursos violentos e opressores passaram por nós sem que fôssemos capazes de notar a sua violência e a sua opressão em um primeiro momento? Como que a naturalização, inclusive por meios legais e governamentais, de determinados discursos e ações, camuflam o controle, a violência e a opressão de determinadas classes sociais?

Antonia Pellegrino (2018, p. 65) fomenta que “há algo de profundamente inquietante, por ser perverso, na equação entre poder e violência. Ou na ausência de poder das mulheres e no excesso de violência dos homens sobre as mulheres”, em especial na política. E é sobre essa desigualdade e violência, intrínseca ao modelo de sociedade capitalista, que me proponho a debater com você na primeira parte das Cartas deste segundo compilado a que te destino. Nele, discorro sobre como os discursos e as ações do Estado Brasileiro em muito se aproximam das linhas narrativas que constroem a República Federativa de Gilead, especialmente no que diz respeito ao controle das mulheres sobre o seu próprio corpo e na construção de uma visão de submissão da mulher em relação ao homem.

Em uma segunda Carta, neste mesmo compilado, penso junto a ti sobre como as linhas dos movimentos feministas encontram as linhas do Serviço Social como sendo uma profissão inscrita na divisão social do trabalho. Como as bandeiras de luta defendidas pelos movimentos feministas devem ser, também, bandeiras defendidas pela categoria profissional, uma vez que esta se coloca pela defesa intransigente dos Direitos Humanos. Dessa maneira, então, a/o assistente social cabe reconhecer, compreender e intervir sobre as demandas de gênero que são forjadas nas relações sociais.

Ao pensar a partir do controle dos corpos femininos, em especial no que diz respeito à violência sexual e ao controle reprodutivo, pretendo partir deste ponto buscando refletir sobre

a relação de gênero na sociedade em que vivemos. Portanto, neste compilado pretendo refletir sobre como a/o assistente social deve se colocar diante das demandas levantadas; não só como uma área de estudo crítico-reflexivo, mas também como uma área de atuação prática, reconhecendo caminhos outros para intervir sobre as demandas levadas por usuárias vítimas de alguma expressão da violência de gênero.

2.1 - A narrativa política

Enquanto escrevo a Cartas deste compilado, algumas mulheres sofrem com a violência de gênero. Enquanto você me lê, tantas outras mulheres sofrem com a violência de gênero. Até o momento, os dados mais recentes que temos sobre a violência contra mulheres é do ano de 2021 e foram divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que, visando fazer uma às comemorações do Dia Internacional da Mulher, antecipou os “dados coletados para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 relativos à violência letal e sexual de meninas e mulheres no Brasil” (pesquisar como referencia). O Fórum usou como fonte de dados “os boletins de ocorrência das Polícias Civis das 27 Unidades da Federação” e pode notar que no ano de 2021, um leve recuo nos registros de feminicídio, “ao mesmo tempo que apontam o aumento dos registros de estupro e estupro de vulnerável no mesmo ano” (idem). No primeiro caso, houve um decréscimo de 2,4% no número de vítimas, ao passo que, no segundo, houve um “crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior” (ver como referencia)¹².

Cabe, ainda, apontar que o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado a cada 10 anos e que, a partir de “uma ampla coleta de dados sobre a população brasileira permite traçar um perfil socioeconômico do país” (G1, 2021), não foi realizado nos anos de 2020 e de 2021. No primeiro ano a suspensão se deu por conta da pandemia do coronavírus e a verba estimada para realizar o censo “foi destinada para combate à Covid-19” (idem); já no segundo ano “o censo foi suspenso por falta de recursos”, uma vez que “o orçamento [para] 2021 foi sancionado, com vetos [...] pelo presidente Jair Bolsonaro, [sacramentando] a suspensão da realização da pesquisa” (G1, 2021). A lacuna deixada pela não realização da pesquisa nesses anos é incalculável e trouxe, traz e trará consequências, ainda que o Censo esteja ocorrendo agora em 2022: a falta dos dados da população brasileira coletados a partir da pesquisa, são de extrema importância para a formulação de políticas públicas e reflexões críticas sobre a realidade social do país, inclusive para as mulheres. A

¹² Cara Companheira: os detalhes dos dados e os gráficos estão disponíveis pelo link: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso: 30/08/2022, às 09:27h. Que você tenha um lindo dia de maio - J.

falta desses dados, em especial em um momento social atravessado pela agudização das desigualdades sociais, mascara questões importantes e contribui para uma narrativa falaciosa de estabilidade social, econômica e política.

Mas do que essa violência se fortalece? Em que discurso ele se forma? Inspirada pela peça “A tempestade”, de Shakespeare, Silvia Federici traz, em seu livro “Calibã e a Bruxa” (2017), caminho para que possamos começar a pensar e a debater sobre as perguntas anteriormente feitas. A autora traz ao centro da narrativa “a figura da bruxa, que em *A tempestade* fica relegada a segundo plano” (FEDERICI, 2017, p. 23. Grifo da autora), para contar a história das figuras femininas que, por necessidade, o capitalismo queimou: “a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião” (p. 24. Grifo da autora). É sobre essas mulheres que trataremos aqui; contudo, antes precisamos olhar como as estacas, as tochas e as fogueiras são forjadas e de onde vem o fogo.

Partimos, pois, de algo que já te contei nos ser extremamente caro: o contexto social em que os discursos e as ações são moldadas. Não podemos ignorar que a narrativa que constrói os alicerces que fundamentam as desigualdades sociais, se alimentam - e são alimentadas por - de um projeto societário que se fortalece pela violência e pela exploração. Silvia Federici (2017, p. 27) aponta que “cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva” e esse retorno é construído, também, através de um discurso narrativo que garante, pela banalização, a naturalização de determinadas expressões de violência: uma construção narrativa que não silencia, mas que obriga a dizer¹³, a repetir e a naturalizar discursos de ódio que visam a manutenção do poder hegemônico - que só o é pela opressão e pela violência de grupos minoritários.

Como narrou a nossa heroína: “nada muda instantaneamente” (ATWOOD, 2017, p. 71); estamos constante e diariamente cercadas por notícias, pelas chamadas bandeiras vermelhas, que nos alertam do perigo eminente que corremos, porém devemos lembrar que “numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar

¹³ Cara Companheira: aqui quero deixar a indicação de uma leitura escrita por Paulo Procopio Ferraz, em 2020, em que o autor teça, a partir de Barthes, como a construção do discurso, na nossa sociedade, é fundamental para a manutenção do poder e do controle da classe burguesa. Para ler a matéria, basta acessar o link que te envio aqui: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-fascismo-e-a-lingua/>>, que foi acessado por mim às 14:25, do dia 08/07/2022. Um lindo dia de maio - J.

conta” (idem) e é justamente essa a intenção do controle narrativo¹⁴: a naturalização das violências, a manutenção dos papéis de gênero e o rompimento do senso de coletividade social. Afinal, “o costumeiro [...] é aquilo a que vocês estão habituadas. Isso pode não parecer costumeiro para vocês agora, mas depois de algum tempo será. Irá se tornar costumeiro” (ATWOOD, 2017, p. 46), como conta June.

Gilead foi fundada a partir do discurso: Serena Joy assumia um papel de destaque, afinal, para que o modelo societário proposto por Gilead conseguisse se firmar e prosperar, “a melhor maneira e a mais eficiente em termos de custos de controlar mulheres, [...] era por meio das próprias mulheres” (ATWOOD, 2017, p. 362), seja por acreditar que “quando o poder é escasso, ter um pouco dele é tentador” ou “por uma crença genuína no que chamavam de ‘valores tradicionais’” (idem); e é neste último que Serena baseava os seus discursos, falando “sobre a santidade do lar, sobre como as mulheres deveriam ficar em casa” (ATWOOD, 2017, p. 58)¹⁵. E não é preciso voltar tantos capítulos na história da nossa sociedade para encontrarmos algo parecido em nosso conto real: em 2016 a Revista Veja publicava uma matéria sobre a então primeira dama Marcela Temer, em que já no título traziam o que consideravam honroso em seu comportamento: “*Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’*”¹⁶ trazendo, logo abaixo, o complemento para cada “adjetivo”: “aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (LINHARES, 2016). Nas linhas da matéria fica, também, a construção narrativa¹⁷ de como

¹⁴ Cara Companheira: eu costumava dizer que “vivíamos nas lacunas entre as matérias” (ATWOOD, 2017, p. 71) de jornais. A narrativa jornalística sobre os corpos encontrados, violentados, mutilados, nos parecia demasiada fantasiosa, algo que nos era distante: “essas matérias eram a respeito de outras mulheres”, falávamos, “os homens que faziam aquele tipo de coisas eram outros homens”, nenhum conhecido nosso. Aquelas matérias “eram como sonhos para nós, sonhos ruins sonhados por outros”, havíamos perdido o senso de coletividade, não nos reconhecíamos mais como parte do mesmo corpo social. Reconhecíamos os horrores, “mas eram horrores sem ser críveis”, pois não achávamos que não nos atingiam, que por serem “demasiado melodramáticas, [as matérias] tinham uma dimensão que não era a dimensão de nossas vidas” (idem). E foi nas lacunas das matérias, que nos tornaram lacunas de nós mesmas. Um lindo dia de maio - J.

¹⁵ Cara Companheira: recordo-me de acompanhar, junto a Luke, nas mídias os discursos que ela fazia. Naqueles momentos, em uma época que hoje parece ser outra vida, “achávamos que era engraçada. Ou Luke achava que era engraçada. Eu apenas fingia que achava. Na verdade ela era um pouco assustadora. Estava falando sério” (ATWOOD, 2017, p. 58). Na época, não conseguia reconhecer na atitude de Luke os ecos dos homens que estampavam as matérias nos jornais; mas hoje vejo que estavam lá, só estavam camuflados na naturalização. De qualquer forma, quando as palavras de Serena se concretizaram em Gilead, elas foram silenciadas com as outras: Serena não mais fazia discursos, “tornou-se incapaz de falar”. Às vezes penso no quão furiosa ela deve ter ficado quando as suas palavras foram levadas a sério (idem). Um lindo dia de maio - J.

¹⁶ Cara Companheira: a quem interessar a leitura na íntegra, deixo aqui uma forma de acesso: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 24/7/2022, às 17:24h. Um lindo dia de maio - J.

¹⁷ Cara Companheira: pensando em complementar a sua colocação, anexeí no que chamei “Anexo1 - Linhas” algumas imagens que podem nos auxiliar na compreensão de como a narrativa é construída e naturalizada no imaginário social também pelas imagens e uso de palavras-chaves em noticiários. Que você tenha um excelente dia de maio - J.

deveriam se portar todas as mulheres: com discrição, usando pouco a sua voz, cobrindo o seu corpo, servindo ao seu marido, cumprindo o dever da maternidade, etc.

Nas linhas narrativas de “O Conto da Aia” (2017), a República de Gilead se ergue a partir de um golpe proposto por um grupo conservador que queria resgatar os chamados “valores tradicionais”, em especial os familiares, pautados em crenças que ditam uma divisão social a partir do que se entende como sendo papéis de gênero: aos homens eram destinados os postos de comando; às mulheres era destinada a vida doméstica. Mas Gilead só pode se consolidar como tal, pois já existiam políticas que reforçavam as desigualdades sociais. E as mulheres que se opunham à normativa imposta, eram também, mas não só, as que estampavam as matérias nos jornais; e ainda hoje não é assim? Quem é a mulher que ousa falar? A histérica, a doída, a bruxa. Porém sob quais alicerces narrativos essa história é construída?

Nas linhas narrativas da República Federativa do Brasil, percebemos que, mesmo na Constituição de 1988, marco da retomada da democracia brasileira, os direitos das mulheres ou da comunidade LGBTQIA+¹⁸ não foram inicialmente contemplados, “uma vez que o período foi marcado também pela influência crescente de grupos fundamentalistas religiosos na vida política” (MIGUEL, 2019, p. 57). Influência, esta, que ao longo dos anos vai ganhando força e voz ativa nos espaços de decisões da política brasileira, culminando em um retrocesso das políticas públicas, em especial nas políticas de gênero. Um dos pontos mais debatidos é o que se refere aos direitos reprodutivos; Silvia Federici (2017, p. 181) nos relembra que, para a organização capitalista do trabalho, “a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação” foi um fenômeno fundamental, pois foi um fenômeno que, dentre outros efeitos, negou “às mulheres o controle sobre os seus corpos”, sendo privadas pelo Estado “da condição fundamental de sua integridade física e psicológica”; em outubro de 2015, no Brasil, “na porta das assembleias legislativas, as mulheres combatiam a tentativa do

¹⁸ Cara Companheira: aqui peço licença para explicar algo pertinente: a sigla que hoje se atualiza nas letras LGBTQIA+, assim como a nossa sociedade, já passou por diferentes mudanças. Nos anos 80, a sigla destinada ao movimento era GLS, referindo-se a “Gays, Lésbicas e Simpatizantes”. Foi “na entrada dos anos 2000 [que] surgiu a sigla GLBT”, referindo-se a “Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais” e, “a partir de 2008 uma nova mudança foi considerada, pois, [...] quem acabava tendo mais voz política, eram os homens gays, mas as mulheres lésbicas eram o elo mais frágil, são aquelas que sofrem ainda mais com a violência urbana” e, por essa razão, buscando “dar mais visibilidade para essas mulheres, resolveu-se mudar a sigla” de GLBT para LGBT. Atualmente, com o fortalecimento de outras identidades e ampliação do debate sobre sexualidade e identidades de gênero, a sigla passa a ser formada da seguinte forma: LGBTQIA+, buscando a inclusão de grupos que defendem a teoria Queer, os intersexuais, os assexuais, entre outros (COUTINHO, 2020). Recomendo que se faça a leitura da reportagem na íntegra pelo link por mim acessado no dia 31/08/2022, às 08:54h: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/09/22/sigla-lgbtqia-evoluiu-junto-ao-movimento-para-gerar-inclusao-e-incentivar-o-respeito.ghml>>. Na esperança de que tenhamos um bom dia de maio - J.

então deputado Eduardo Cunha de retirar os poucos direitos reprodutivos que lhes são garantidos” (PELLEGRINO, 2018, p. 61)¹⁹. Nesse momento, as mulheres ganharam as ruas em protestos²⁰ contra o “projeto de lei (PL) 5069/2013, [...] cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos” (BOGADO, 2018, p. 29), fazendo ecoar frases de ordem como “O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista” (idem).

Em suas palavras-sementes, Marielle Franco (*apud* PELLEGRINO, 2018, p. 65), então candidata a vereadora do Estado do Rio de Janeiro, entoa como “a lógica machista nos persegue [por sermos mulheres] a todo tempo e a sentimos com intensidade, principalmente quando decidimos ocupar um espaço na institucionalidade política”. Aos homens é reservado o poder em todos os níveis, como se assim fosse da sua natureza (TIBURI *apud* PELLEGRINO, 2018, p. 63), assim como aos Comandantes de Gilead²¹, e, ao conquistar

¹⁹ Cara Companheira: aqui recorro de um acontecimento não muito distante, em que a juíza Joana Ribeiro impediu que uma criança, de 11 anos, vítima de estupro interrompesse a gravidez, alegando que o procedimento se tratava de um homicídio. Em Gilead, é costumeiro ver corpos de médicos pendurados no Muro, local onde colocavam os corpos de pessoas contrárias ao sistema, na esperança de que vissemos, passando uma clara mensagem. Para que possamos saber seu delito, são pendurados cartazes em seus pescoços, sempre com desenhos indicando, uma vez que não nos era permitida a leitura. Às vezes, víamos o desenho de um feto humano, indicando se tratar de um “[fazedor] de anjos”, como “costumavam chama-los” (ATWOOD, 2017, p. 45), uma vez que, pelas leis vigentes de Gilead, o aborto é considerado um homicídio, mesmo se feito em um tempo em que era permitido. Acredito que a maioria foi descoberta “por meio das buscas em arquivos de hospitais, ou - mais provavelmente, uma vez que a maioria dos hospitais destruiu esses arquivos assim que se tornou claro o que iria acontecer - por informantes: ex-enfermeiras talvez, ou um par delas, uma vez que o *testemunho de uma única mulher não é mais admissível*” (idem, grifo meu). Pergunto-me quando o testemunho de uma única mulher, e muitas vezes de um par delas, foi admissível. Caso queira ler a reportagem sobre o caso da criança que teve seu corpo violado e seus direitos negados, deixo o link por mim acessado no dia 24/08/2022, às 14:14h: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/20/juiza-sc-aborto-crianca-11-anos-estuprada.ghtml>>. Na esperança de um bom dia de maio - J.

²⁰ Cara Companheira: não pense você que antes de Gilead se consolidar não lutamos pela nossa liberdade. Acontece que, quando nos demos conta, já era tarde demais. Tínhamos certeza de que seria temporário, era o que Luke - meu companheiro à época - vivia repetindo. Assistíamos incrédulos aos noticiários, sem conseguir reconhecer o inimigo, mas certos de que “já estava mais do que na hora de alguém fazer alguma coisa” (ATWOOD, 2017, p. 209). Também “houve passeatas, é claro, muitas mulheres e alguns homens. Mas foram menores do que se teria imaginado. Creio que as pessoas estavam com medo”, afinal, havia rumores de que o exército, “ou fossem lá quem fossem, abririam fogo quase que tão logo quaisquer passeatas começassem”. Quanto a mim, cara companheira, gostaria de te dizer que fui à luta, mas a verdade é que “não fui a nenhuma das passeatas. Luke disse que seria inútil e que eu tinha que pensar a respeito deles, minha família, ele e ela. Pensei mesmo em minha família. Comecei a fazer mais tarefas domésticas, cozinhar mais” (ATWOOD, 2017, p. 2015). Um bom dia de maio - J.

²¹ Cara Companheira: aqui recorro-me do dia em que percebi que “ele [o Comandante] [tinha] algo que não [tínhamos], a palavra” e de “como a desperdiçamos um dia”. E, aqueles que detêm a palavra, são capazes de criar o que quiserem, como quiserem. Uma das criações em Gilead, partia da base religiosa que sustentava a sociedade e, para nós, funcionava como lembrete e ameaça. Na hora do almoço, escutávamos sempre em uma gravação de voz masculina: “*Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus. Bem-aventurados os misericordiosos. Bem-aventurados os mansos. Bem-aventurados os que se calam.* Eu sabia que este último eles tinham inventado, sabia que estava errado, e que tinham excluído partes também, mas não havia nenhuma maneira de verificar” (ATWOOD, 2017, p. 109, grifos da autora). Na esperança de que as palavras não mais sejam desperdiçadas por nós e em desejo de que tenhamos um bom dia de maio - J.

espaços em um lugar que o discurso hegemônico diz não ser o seu como o é o cenário político, as mulheres são expostas à situações de constante assédio: “imprimir a imagem do nosso rosto em um panfleto [de campanha política] é quase um convite ao assédio, que vai desde pedidos de casamento até propostas de troca de voto por um beijo” (FRANCO *apud* PELLEGRINO, 2018, p. 65). Camuflado com tons de brincadeira e sorriso, as falas e as atitudes machistas, “na maioria das vezes, acaba em violência, psicológica ou física contra a mulher, e alimenta a cultura do estupro” (idem), em que a culpa, quase sempre, recai sobre a vítima²².

E quantas vezes nós mesmas não questionamos a vítima: o que estava fazendo na rua naquele horário? Por que estava nesse tipo de ambiente? O que esperava se comportando de tal maneira? Discursos naturalizados socialmente segundo conceitos e concepções que só admitem a mulher “bela, recatada e do lar”, da forma como as Esposas e as últimas primeiras-damas tinham - e têm - as suas imagens vendidas. E não são as Aias, também, mulheres continuamente violentadas sexualmente e que carregam a culpa e as piores consequências das violações?

A naturalização da violência acontece, dentre muitas outras formas, por meio do discurso, tornando algo costumeiro, um hábito segundo determinada perspectiva e projeto social, algo que nos leva “a acreditar que as coisas são como são e não poderiam ser de outro modo. Nem poderiam ser questionadas” (TIBURI *apud* PELLEGRINO, 2018, p. 63). Em Gilead, a naturalização das violências de gênero que as Aias eram submetidas vinha da leitura, sempre pela voz do Comandante da casa, de trechos da Bíblia, afinal, em Gilead “DEUS É UMA RIQUEZA NACIONAL” (ATWOOD, 2017, p. 253, grifo da autora), em especial da história de Raquel e de Lea: “dá-me filhos, ou senão eu morro. [...] Eis aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim receba filhos por ela” (ATWOOD, 2017, p. 109, grifos da autora); e das Aias esperava-se que desempenhassem, caladas e mansas, o papel de Bilha. A República de Gilead é erguida, pois, sob três pilares: Deus, Pátria e Família.

Na perspectiva da política brasileira, a desigualdade de gênero é intrínseca a toda a sua história. Desde os tempos do Brasil Império, ainda sob a vigência da Constituição de 1824,

²² Cara Companheira: neste ponto consigo ouvir com clareza assustadora a voz de Tia Lydia ecoando e vibrando em mim ao repreender as Aias quanto a falar com qualquer homem que fosse. Ainda que *elas* insistissem em puxar assunto, não deveríamos responder com nossa voz e ela enfatizava: “É claro que alguns tentarão. [...] Toda carne é fraca. [...] Eles não conseguem deixar de fazê-lo, dizia ela, Deus os fez assim, mas Ele não as fez assim. Ele as fez diferentes. Cabe a vocês impor os limites” (ATWOOD, 2017, p. 57, grifo meu). Um bom dia de maio - J.

até fevereiro de 1932, quando da promulgação do Código Eleitoral, as mulheres não tinham direito ao voto (VERAS, 2013). Portanto, fica claro que a conquista pelo direito ao voto feminino “baseia-se em mais de trinta anos de manifestações e lutas a favor da participação política das mulheres” (VERAS, 2013, p. 9), entretanto, ainda que com a conquista de 1932, o voto obrigatório, no caso das mulheres, era destinado somente às “detentoras de funções públicas remuneradas”, sendo, portanto, facultativo para a maioria da população feminina (BITHIAH *apud* VERAS, 2013, p. 9). Foi somente “nas eleições da Assembleia Constituinte de 1933 [que] as mulheres puderam, de fato, [ser] eleitoras e candidatas”, fato marcado pela candidatura de Bertha Lutz pelo Partido Autonomista. Na ocasião, Bertha “foi vítima de difamação pela imprensa sob acusação de fraude eleitoral, [...] que posteriormente se mostrou falsa” (VERAS, 2013, p. 10).

Ao longo do seu trabalho, Gabriella Galdino Veras (2013) nos narra como a história das mulheres na política brasileira é marcada por fortes movimentos de luta pela inserção feminina no cenário político, como eleitoras e como candidatas. A trajetória das mulheres nesses movimentos é marcada por avanços e retrocessos, em um cenário extremamente hostil à elas, baseado na perpetuação e naturalização do machismo, da misoginia e de outras expressões da violência de gênero. Neste ano, segundos dados de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres totalizam 9.353 candidaturas, “em porcentagem, a participação de candidatas mulheres nas últimas eleições gerais é:” 30,99%, 31,6% e 33,27%, sendo referentes a 2014, 2018 e 2022, respectivamente (RODRIGUES et al., 2022). Mais, mais do que a luta pela inserção da mulher no cenário político, é preciso atenção aos projetos e pautas que essas mulheres trazem em suas campanhas e ações públicas.

A partir do golpe que retirou da presidência a primeira mulher a ocupar o cargo, começou a se desenhar o caráter misógino do retrocesso que enfrentaríamos nos governos pós-golpe que “se comprometeram com o retrocesso [...] [ao reforçar] a posição subordinada [da mulher] e do fechamento da esfera pública a elas” (MIGUEL, 2019, p. 185). Além de uma equipe de governo composta integralmente por homens brancos, como foi o de Michel Temer, nos confrontamos com “o retorno do chamado ‘primeiro-damismo’, em que o papel concedido à mulher na política é o da bem-comportada auxiliar de seu marido” (idem). Diante desse cenário, vimos avançar um discurso cada vez mais forte de exaltação da chamada família tradicional, “marcada exatamente pela submissão da mulher” (idem), que encontra sustentação nos discursos de Damares Alves, à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no atual governo.

A construção - e naturalização - social dos papéis de gênero na sociedade brasileira passa, também, por uma narrativa pautada em concepções, ideais e crenças conservadoras-religiosas, que faz parte do passado - que ainda ecoa no presente - do Serviço Social. Por isso, é urgente que a categoria se debruce sobre a temática, reconhecendo, também, outras formas de análise e de intervenção como as obras literárias são capazes de fornecer, acredito.

2.2 - As narrativas de gênero e a atuação do Serviço Social

Acredito que, neste momento, precisamos voltar a nossa atenção para a atuação profissional da/do assistente social no que se refere às políticas públicas de gênero, especialmente em um momento de retrocesso dos direitos e de discursos conservadores inflamados, que colocam as mulheres em posições de subserviência aos homens. É preciso, neste ponto, que consigamos compreender o debate sobre gênero como algo que é fundamental para a categoria profissional, uma vez que as relações de gênero na sociedade capitalista são marcadas, também, por uma relação de dominação-exploração: “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (ENGELS *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 59), algo fundamental para o processo de acumulação primitiva do capital e, portanto, para o desenvolvimento do modelo de sociedade capitalista. Dessa forma, parece correto afirmar que “[...] a primeira opressão de classes, [apareceu] com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (idem).

Como te mencionei em outro compilado, para que possamos compreender as histórias contadas, inclusive – e talvez principalmente – aquelas que nos contam os sujeitos sociais de nosso dia-a-dia, precisamos olhar o contexto em que essas histórias são narradas. Por isso, pois, aqui precisamos reconhecer em quais páginas da história as linhas dos debates de gênero, bem como das desigualdades de gênero que são partes integrantes e fundantes da lógica da sociedade capitalista, encontram as linhas do Serviço Social como uma profissão crítica e propositiva, que se coloca, sempre, na defesa intransigente dos direitos humanos, como consta no Art. 13 do Código de Ética da/o Assistente Social. Assim sendo, as lutas que surgem a partir dos movimentos feministas devem compor, também, as bandeiras de luta da categoria profissional.

Ao recorrermos ao escrito de Oliveira (2009, p. 85), percebemos como, no Brasil, o movimento feminista começa a socializar a sua agenda política na década de 1980 contando com propagandas como “nosso corpo nos pertence”. Ao longo da década, de acordo com a autora, as mulheres se organizaram em movimentos e na criação de ONGs, apresentando ao Estado reivindicações como “saúde integral da mulher, ao invés do restritivo programa de

saúde materno-infantil; serviços de atenção às mulheres em situação de violência, direitos reprodutivos e sexuais, ação afirmativa nas legislações eleitorais, etc” (idem). Dentre as conquistas, cara leitora, podemos mencionar a aprovação do “reconhecimento da igualdade entre o homem e a mulher no âmbito da sociedade conjugal”, a partir de proposta apresentada pelo movimento feminista quando da elaboração da Constituição de 1988 (OLIVEIRA, 2009, p. 86).

Em paralelo, mas não distante, da história escrita e contada pelos movimentos feministas brasileiros na década de 1980, o Serviço Social começava, no mesmo período, a consolidar novas linhas em sua história profissional. É a partir de um processo de luta e estudo de parte da categoria profissional da época, ao reconhecerem as demandas sociais que o país colocava e a urgência e necessidade de um olhar crítico e propositivo para intervir nessa realidade que se apresentava, que movimentos da categoria profissional começam a ressignificar “os signos da profissão, desconstruindo suas funções, seus objetivos e suas práticas” (OLIVEIRA, 2009, p. 86). Encontrando o seu ápice no chamado Congresso da Virada, como ficou conhecido do CBAS de 1979, o Serviço Social dá início ao Movimento de Reconceituação Profissional e soma a sua voz às vozes da classe trabalhadora, pela garantia de direitos e na luta contra as desigualdades sociais. Por essas linhas, o Serviço Social, como profissão crítica e interventiva se aproxima dos movimentos feministas e dos debates sobre políticas públicas destinadas às mulheres (OLIVEIRA, 2009, p. 87).

Dentre os debates mais recentes relacionados à questão de gênero que podemos perceber na sociedade e que demanda a atenção do profissional do Serviço Social, podemos pensar sobre o aborto e sobre a violência sexual. Costa (2018, p. 50) relembra casos de violência sexual que levaram a uma mobilização nas redes sociais: usando frases como “não mereço ser estuprada” e “estupro nunca mais” usuárias de todo o país compartilhavam seus relatos e cobravam justiça para as vítimas, demandando avanços nas políticas públicas de gênero. A partir desses movimentos, fica claro que “a cultura do estupro, [é] bem mais ampla e consolidada do que a sociedade se dava conta” (idem). Mas por que, como sociedade, nós não conseguimos perceber essa consolidação? Talvez pela naturalização de discursos, de ações e de pensamentos que constroem uma ideia de subserviência da mulher, em que o corpo dela pertence primeiro ao Estado, depois ao Marido e em terceiro lugar ao filho, mas nunca somente a ela²³.

²³ Cara Companheira: não posso não deixar de recordar da noite “depois que perdi meu emprego [e] Luke queria fazer amor” (ATWOOD, 2017, p. 218). Naquela noite, eu “me sentia anestesiada. Mal conseguia sentir as mãos

Pela naturalização e pelo avanço de um discurso conservador que reforça, constante e insistentemente, a condição de submissão da mulher com relação ao homem²⁴ – em todas as esferas sociais –, outra questão se apresenta para a/o assistente social em seu cotidiano de trabalho: a subnotificação dos casos de violência. Seja por não se reconhecer como vítima de violência ou por qualquer outra razão, muitas mulheres não conseguem recorrer às instituições em busca da garantia de seus direitos; em outros casos, podem não conseguir verbalizar sobre o abuso sofrido²⁵. O profissional precisa reconhecer, nas entrelinhas da narrativa socialmente

dele em mim” (idem) e quando ele me perguntou o que estava acontecendo, eu não soube responder, afinal, eu não sabia o que estava sentindo ou como reagir ao fato de ter perdido tudo: meu emprego, minha conta bancária, minha autonomia. Luke tentou me tranquilizar dizendo que “Nós ainda temos... [...] mas não continuou, não disse o que tínhamos. Ocorreu-me que ele não deveria estar dizendo *nós*, uma vez que nada que eu tivesse conhecimento tinha sido tirado dele” (idem, grifo da autora). Eu queria acreditar que ainda tínhamos um ao outro e ele me beijou como se “as coisas pudessem voltar ao normal”, mas eu sabia que não e, naquele momento, pensei que “ele não se [importava] com isso, [...]. Não se [importava] nem um pouco. Talvez até [gostasse] disso. Não [éramos] mais um do outro, não mais. Em vez disso, eu [era] dele” (idem). Mas não o confrontei, não podia me dar ao luxo de perdê-lo, de perder a única coisa familiar que acreditava ainda me restar. Tampouco pedi ajuda. Não naquele momento. E, assim como eu, esta é a realidade de tantas outras mulheres: o discurso naturalizado da submissão e a dependência que nasce a partir dele e de outras consequências provocadas pela desigualdade social que cerca as relações de gênero, faz com que as mulheres permaneçam em constante violência, sem conseguir, e acreditando não poder, sair desse ciclo; em um constante silenciamento. E como intervir sobre esta realidade? Bom, contar a minha experiência em narrativa foi um caminho para mim: na liberdade das palavras eu me vi livre também. Acredito que possa ser um valioso começo na construção de melhores dias de maio - J.

²⁴ Cara Companheira: esta passagem de sua escrita me fez recordar de um tempo que, olhando as jovens moças de Gilead, eu me confrontei com o perigo da naturalização não somente em nossas vidas individuais, mas - e talvez principalmente - para o enfraquecimento da nossa coletividade. Ao olha-las, perguntava a mim mesma e elas teriam “idade para se lembrar de alguma coisa do tempo de antes, de jogar beisebol, de jeans e tênis. [...] Ler livros, completamente sozinhas?” (ATWOOD, 2017, p. 260) e acreditava que “apesar do fato de que algumas não tenham mais que catorze anos - *É preciso começar cedo com elas*, é o sistema em vigor, *não há um momento a ser perdido* -, mesmo assim elas vão se lembrar. E as que vierem depois delas, por três ou quatro anos; mas depois disso não. Terão sempre estado vestidas de branco, em grupos de garotas; terão sempre sido silenciadas” (idem, grifo da autora). E aqui, recordo-me do que Tia Lydia constantemente nos lembrava: “Para as que vierem depois de vocês, será mais fácil. Elas aceitarão seus deveres de boa vontade com o acordo de seus corações. / Ela não disse: Porque elas não terão lembranças de nenhuma outra maneira. / Ela disse: Porque não vão querer coisas que não podem ter” (ATWOOD, 2017, p. 143-144). E como podemos romper com esse ciclo que constantemente ensina que a mulher deve ser a bela, recatada e do lar, como se fosse algo natural da condição feminina? Acredito que só conseguiremos encontrar respostas em coletivo, mas como nos reconhecemos como tal? Na esperança de um bom dia de maio - J.

²⁵ Cara Companheira: às vezes as violências que passamos são tão pesadas, que lutamos para esquecê-las, criamos mecanismo para que seja possível conviver com a dor da violação. Em meu relato, relembro das noites que aconteciam a Cerimônia, ritual que toda Aia era submetida em seu período fértil: todos da casa se reuniam e o Comandante orava, lendo trechos da Bíblia que era “mantida trancada, da mesma maneira como as pessoas antigamente trancavam o chá, para que os criados não roubassem. É um instrumento incendiário: quem sabe o que fariamos com ela, se puséssemos nossas mãos nelas?” (ATWOOD, 2017, p. 107). Depois subíamos para o quarto: Comandante, Esposa e Aia. Eu, Aia, me deitava na cama, entre as pernas da Esposa, com “meus braços [...] levantados [e] ela [a Esposa] [segurava] minhas mãos, cada uma das minhas numa das dela” (idem), enquanto o Comandante violava o meu corpo. Nestes momentos eu “não digo [que estávamos] fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. Não havia muita escolha, mas havia alguma, e isso foi o que eu escolhi” (ATWOOD, 2017, p. 115). Mas será que isso era verdade? Será que de fato a escolha foi minha? Sob

construída, maneiras de intervir sobre essa realidade, para além da aparência, da imediatividade da demanda apresentada. Acredito que o uso de obras literárias pode, ao dizer sem dizer, servir de um valioso instrumento de trabalho para reconhecer e intervir na essência da demanda aparente.

Outra temática urgente e fundamental para pensarmos é a do aborto. Em 2017, uma reportagem no site do El País, aponta como a chamada bancada evangélica brasileira usou de artifícios para reverter uma proposta que visava ampliar o direito de mulheres à licença maternidade em uma pauta que restringiria o acesso legal ao aborto. Inicialmente, a proposta de emenda à Constituição, visava o aumento da licença maternidade de mães de bebês prematuros de 120 dias para até 240 dias, porém, Tadeu Mudalen, à época “membro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso, introduziu no texto final, que já havia sido aprovado²⁶, [...] outras propostas de mudanças constitucionais”, dentre elas, a intenção de incorporar à Constituição a noção de que a vida começa na concepção, o que coloca em cheque o direito já conquistado de interrupção da gravidez em casos de estupro, risco à gestante e quando o feto é anencéfalo (EL PAÍS, 2017).

Por compreender que o debate se trata, também, de uma questão de saúde pública e que por isso se coloca como lugar de atuação profissional, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em outubro de 2014, se manifestou a favor da legalização do aborto, reforçando o caráter crítico, propositivo e interventivo da categoria profissional diante das expressões da Questão Social e o compromisso da categoria com a autonomia e liberdade humana. Em seu manifesto, o CFESS aponta como, “no Brasil, o fundamentalismo religioso é a barreira” (CFESS, 2014) para o debate sobre a legalização do aborto e que é necessário enfrentar esse conservadorismo, inclusive dentro da própria categoria profissional, uma vez que “dentro da própria categoria, há quem recrimine a prática do abortamento” (idem)²⁷. Mas como fazê-lo?

qual contexto, quais circunstâncias? Talvez este meu relato, a minha voz, seja de alguma serventia para olhar tais questões nas histórias de outras mulheres. Um bom dia de maio - J.

²⁶ Cara Companheira: acredito ser pertinente trazer o fato de que, quando da aprovação e do caloroso debate que se seguiu, as justificativas dos parlamentares presentes que compõem a bancada evangélica, deixam claras a influência religiosa e conservadora que o Brasil sofre no âmbito de sua política nacional. O parlamentar Leonardo Quintão (PMDB-MG), um dos membros presentes da bancada evangélica, não viu problemas ao afirmar que o seu “entendimento cristão influenciou, sim, o [seu] voto” (EL PAÍS, 2017). E quantas vezes as mulheres não foram julgadas e queimadas - em maioria das vezes por homens - a partir de uma visão conservadora-religiosa? E quantas mais ainda não o são? Que estes questionamentos te encontrem em um bom dia de maio - J.

²⁷ Cara Companheira: aqui deixo uma forma de visualizar o texto do manifesto na íntegra, acreditando ser necessária e atual a sua leitura: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1127>>. Acesso: 22/08/2022, às 14:44h.

Como profissionais, as/os assistentes sociais atuam diretamente em espaços que lidam direta e indiretamente com essas questões, “atuando, entre outras práticas, como coordenadores(as) de programas de atenção direta às mulheres relacionados a questões como a violência, o aborto legal e o planejamento familiar” (CARLOTO; LISBOA, 2012, p. 9), por essa razão, é de extrema importância que a categoria se coloque diante dos debates de gênero, para que não reproduza em sua intervenção práticas que contribuam para o sistema de opressão e de culpabilização das mulheres vítimas de violência.

Para essas/esses profissionais, é de suma importância que olhem para a história da divisão sexual do trabalho - na sociedade e na família, reconhecendo o caráter dialético entre ambas - e para os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo na sociedade capitalista, e reconheça as consequências que têm sobre a questão de gênero na sociedade. É de fundamental importância, para uma intervenção crítica, que consigamos reconhecer a ligação entre “[...] a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da família como lugar para a produção da força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 188) e como lugar do trabalho não remunerado, muitas vezes voltado ao cuidado, feito pelas mulheres e colocado como sendo um lugar próprio à natureza feminina, “como um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos” (FEDERICI, 2017, p. 191). Sob essas condições, “a pobreza foi feminilizada” (idem) e a/o assistente social inserido, principalmente, na Assistência Social, deve reconhecer no grande número de mulheres usuárias não algo próprio de uma condição natural da mulher, mas uma consequência da relação desigual de forças na sociedade capitalista.

Dessa forma, caras companheiras, eu acredito que o uso da literatura pode ser de grande valia como instrumento de reflexão e de intervenção profissional, uma vez que ela nos permite a liberdade de ser, de estar e de transformar a realidade por trás da aparência naturalizada da classe hegemônica. As narrativas podem nos fazer ouvir, ainda que silenciosamente, as demandas que são dolorosas demais para saírem do silêncio; bem como nos fornecer outros meios de ações interventivas diante dos conflitos postos pela luta de classes.

Na esperança de que as minhas palavras te encontre em novos ventos,
Gaia.

3. NOLITE TE BASTARDES CARBORUNDORUM

Porém, não uso deixa-lo esmorecer,
 Não ousou render-me à angústia lancinante;
 Depois de em tão divina dor me comprazer,
 Como enfrentar o mundo deserto doravante?
 Emily Brontë - Recordação

Cara Companheira,

este é o último compilado que te destino neste trabalho. Ele não trará respostas às inquietações que fomentamos ao longo da nossa troca de correspondência: ele marcará o início das nossas reticências.

Bem da verdade, assim como os anteriores, ao levantar a poeira das relações sociais e trazer à luz as opressões que as naturalizações empurram para debaixo do tapete, este compilado desperta novas inquietações e cada vez mais e mais novas, a depender de quando, de como e do motivo ao qual a ele você recorre. A ele somar-se-ão inquietações a todo instante, pois ele é elaborado a partir de um dado momento histórico, por uma mulher que ocupa determinada posição social, com determinados recortes que influenciam em sua escrita; e ele é lido em outro momento histórico por você, que assim como eu tem as suas características e recortes sociais. Essas determinações influenciam diretamente as nossas percepções, recorda?

Aqui, pois, as linhas que separam ficção e realidade tornar-se-ão quase imperceptíveis: como a construção das relações sociais, pautadas em uma divisão social do trabalho, passa também, mas não só, por expressões artísticas e/ou culturais - em especial as narrativas literárias. E que, por essa razão, a Literatura também se apresenta como um caminho possível para analisar e intervir na nossa realidade, encontrando no que Joel Rufino dos Santos (2008) chama de tipo literário, que é “a forma pela qual os grandes escritores *realistas* transformam o conteúdo da vida em forma literária” (p. 154, grifo do autor), caminhos possíveis para abordar diferentes expressões da Questão Social com a população usuária.

Em um primeiro momento, vejamos como as narrativas - reais e literárias - contribuem de forma eficaz para o apagamento e naturalização das opressões e violências que as mulheres sofrem diariamente: seja pelo silenciamento de suas vozes narrativas, em processos de naturalizações que ocorrem desde a infância; seja pelo apagamento de seu trabalho reprodutivo e como esse processo contribui para a acumulação primitiva do capital e a

manutenção de modelo societário até o presente momento e como esse modelo societário tem se beneficiado da exploração e da violência de gênero.

Em um segundo momento, a literatura se re-apresenta, agora como um caminho possível de resistência e de luta contra as violências impostas pela lógica patriarcal. Pelas vozes narrativas das heroínas dos romances, dos contos, das poesias, etc., encontramos ecoada a nossa própria voz, nos reconhecendo, portanto, como escritoras de nossas histórias.

Ambos os momentos ligados pela história do Serviço Social como uma profissão majoritariamente feminina e que atende majoritariamente mulheres (CFESS, 2019, p. 18). Dessa forma, os debates sobre gênero precisam ocupar a agenda da categoria profissional em todas as suas áreas de atuação: seja na compreensão da necessidade de uma formação continuada, seja para buscar novas formas de intervenção no cotidiano profissional. Em ambos os casos, a narrativa literária pode se apresentar como um valioso aliado para o Serviço Social.

3.1 - Revisitando as relações sociais

Veja você, cara companheira, faz bem Joel Rufino dos Santos (2008) ao nos lembrar que “Max demonstrou que toda a história da humanidade [...] fora uma história de *luta de classes*” (p. 62, grifo do autor); posto de um outro modo: “todas as lutas políticas, por mais variadas e complexas que sejam, giram em torno do poder social e político das diferentes classes sociais” (idem), em uma relação de forças desiguais em que burguesia detém o poder - em todas as esferas - e faz de tudo para conservá-lo e o proletariado luta por sua emancipação.

Na lógica de dominação e força de que o capitalismo se alimenta, podemos encontrar no patriarcado um de seus alicerces. Christine Delphy (2009) traz que o patriarcado é “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (p. 173); marca, portanto, uma lógica social fundamentada na desigualdade e opressão de gênero, sendo “assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (idem). É próprio dessa forma de dominação a distinção de atividades, de consumos, de comportamentos, etc., entre o que é “masculino” e o que é “feminino”, sendo o primeiro tido como superior ao segundo.

A dominação masculina pode ser percebida em diferentes esferas da vida social e tal dominação é naturalizada a partir do discurso da classe hegemônica, visando a manutenção

desse poder²⁸. Desde crianças somos submetidos aos discursos narrativos que visam naturalizar as diferenças entre homens e mulheres e reforçar - muitas vezes justificar - o domínio do primeiro grupo sobre o segundo. A naturalização de discursos como “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”²⁹, a separação entre o que é brincadeira de menino e o que é brincadeira de menina, a diferença nos comportamentos socialmente aceitos desde a infância, etc., “é fundamental em uma socialização voltada para a divisão sexual do trabalho, da ocupação dos espaços público-privados e dos comportamentos socialmente desejáveis por esse sistema exploratório e opressor”³⁰ (CFESS, 2019, p. 11). A naturalização, a partir da socialização feita desde a primeira infância, dificulta a nossa percepção de que a “violência contra a mulher [...] é um fenômeno multifacetado, naturalizado e legitimado pelo Patriarcado e instituições como a Família, a Igreja e o Direito” (CFESS, 2019, p. 10), encontrando na divisão sexual do trabalho grande aliado em sua construção narrativa de domínio, mas não só.

Tratemos aqui, contudo, de como a “divisão sexual [do trabalho] foi, sobretudo, uma relação de poder, [...] ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 232) e às relações de poder que encontramos atualmente em nossa sociedade. Como te apontei no compilado anterior, para a manutenção da ordem societária capitalista é fundamental naturalizar discursos e ações que buscam “limitar as mulheres ao

²⁸ Cara Companheira: se olharmos a sociedade como um todo, percebemos que “podemos não servir a um homem, mas todas nós estamos em uma relação de servidão no que concerne ao mundo masculino como um todo. [...] ‘Sorria, querida, qual é o seu problema?’, é algo que qualquer homem se sente legitimado a perguntar a uma mulher, seja ele o marido, o cobrador no ônibus ou o chefe no trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 46). E quantas vezes não fomos cobradas a reproduzir determinados comportamentos por sermos mulheres? Esta questão me vem enquanto espero o nosso dia de maio - J.

²⁹ Cara Companheira: cabe aqui apontar que tal frase é proferida no segundo dia do ano de 2019, quando o governo brasileiro atual, marcado pelo profundo retrocesso nos direitos das mulheres, dava seus primeiros passos oficiais. A autoria da frase é da pastora evangélica e advogada Damares Alves ao assumir o seu cargo de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Ela diz, em vídeo, que uma nova era começava no Brasil: meninos vestindo azul e meninas vestindo rosa. Além de reforçar a divisão sexual, que corrobora para a concepção do domínio masculino, sua fala traz a direção que as pautas do ministério que ela assumia tomariam, reforçando, pois, uma visão de submissão feminina e de valorização da família a partir de uma lógica religiosa. Tal perspectiva fica ainda mais clara quando escutamos a ministra afirmar, no discurso feito ao assumir a pasta, que “o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”. E de que difere essa concepção do que temos fundamentado em Gilead? No que difere o discurso da pastora ministra dos discursos que Tia Lydia fazia para a gente nos Centros? Recordo-me com clareza da voz dela nos dizendo que tínhamos que ingerir nossas vitaminas e minerais diariamente, afinal, tínhamos “de ser receptáculos dignos, adequados” e “que o Senhor nos faça verdadeiramente gratas [...] ou será que era agradecidas”? (ATWOOD, 2017, p. 81). Sobre o discurso feito pela ministra, pode ser acessado no link: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acesso: 28/08/2022, às 16:34h. Que você tenha um lindo dia de maio - J.

³⁰ Cara Companheira: é bem verdade que, de alguma forma, “o capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem remuneração. [...] No entanto, não existe nada natural em ser dona de casa”, dessa forma, já desde pequenas somos submetidas “[à] socialização e [à] treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada” para nos preparar para o papel de dona de casa exemplar, para nos convencer “de que crianças e marido são o melhor que [podemos] esperar da vida” (FEDERICI, 2019, p. 43). Um ótimo dia de maio - J.

trabalho doméstico” (FEDERICI, 2017, p. 188) e, conseqüentemente, desvalorizar o trabalho reprodutivo - e não remunerado - que essas mulheres desempenham no lar. E àquelas que ousam se levantar e questionar essa naturalidade socialmente construída pelas narrativas do capital sobre serem “vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta” (FEDERICI, 2019, p. 43).

Às mulheres, portanto, a partir dessa lógica de exploração e de desvalorização do trabalho reprodutivo, são destinados - quando o são - postos de trabalhos subalternizados, com remuneração inferior ao salário masculino, ainda que ocupem a mesma função. Para além, os cargos de trabalhos e profissões majoritariamente ocupadas por mulheres, “são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas” (FEDERICI, 2019, p. 50). Em geral, essas profissões são voltadas para o cuidado e a proteção dos sujeitos, assim como no trabalho reprodutivo doméstico, o que ajuda no processo de naturalização dessas tarefas e “se realizar certas tarefas é considerado natural, então se espera que todas as mulheres as realizem e que, inclusive gostem de fazê-lo” (FEDERICI, 2019, p. 46). Tal condição muito se assemelha ao Serviço Social, uma vez que a profissão tem grande marca feminina e, por conta do forte vínculo com os fundamentos da Igreja em sua gênese, por anos não foi “reconhecido como um trabalho especializado, mas como atividade desenvolvida por atributos ‘naturalmente’ femininos” (CFESS, 2019, p. 18) na figura das damas de caridade.

A tentativa de empurrar as mulheres para o trabalho doméstico, escondendo o caráter fundamental dessa atividade para o desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir de um discurso que colocava o trabalho doméstico como algo natural da condição feminina, é uma das formas de opressão da dinâmica estabelecida pela correlação de forças do capital/trabalho; ou seja: é parte própria e fundante da Questão Social que é tão cara e tão presente para a categoria profissional. O debate de gênero está, portanto, na gênese do pensar as dinâmicas sociais que se iniciam desde o momento da acumulação primitiva do capital, como nos demonstra Silvia Federici (2019; 2017) e, ao relacionar-se de forma direta e fundante com o surgimento da Questão Social, é de extrema importância que o Serviço Social reconheça o debate de gênero³¹ como um debate fundamental e intrínseco da e para a categoria profissional.

³¹ Cara companheira: aqui gostaria de indicar duas outras leituras possíveis que nos fazem perceber como o debate do gênero e as suas construções são extremamente caras para a construção e a manutenção das relações sociais que estabelecemos ainda hoje, a saber: “Dualismos em duelo” - Anne Fausto-Sterling e “Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra” - Donna Haraway. E que possamos escrever as nossas histórias com as nossas palavras em um lindo dia de maio - J.

É importante reforçar, neste ponto, que o Serviço Social, como profissão, “não surge de uma ‘racionalização da assistência social’, ou seja, de uma simples evolução linear da caridade, [...] mas emerge das condições histórico-sociais concretas na ordem monopólica, dos seus ‘processos econômicos’, ‘sociopolíticos’ e ‘teórico-culturais’” (NETTO *apud* CISNE, 2004, p. 33). É “na arena conflituosa da contradição capital x trabalho, [que emerge na fase monopolista do capitalismo que] o Serviço Social é chamado a intervir” (CISNE, 2004, p. 33), inicialmente de forma moralizante, tendo por objetivo “o controle e a reprodução da força de trabalho visando a conformação e o ‘enquadramento’ da classe trabalhadora à ordem do capital” e encontrando no Estado o seu principal empregador (*idem*).

No Brasil, o Serviço Social tem grande marca feminina, sendo “por intermédio da Liga das Senhoras Católicas e da Associação das Senhoras Brasileiros que [se] teve início a preparação de pessoas para trabalharem na assistência preventiva e no apostolado social” (CISNE, 2004, p. 42), permitindo “o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, na década de 30” (TORRES *apud* CISNE, 2004, p. 42). Os primeiros passos para que se pense a história da assistência social no Brasil podem ser dados a partir do reconhecimento de que “a primeira grande instituição de assistência social [no país] foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942” (*idem*), tendo “inicialmente como presidente a primeira dama Darcy Vargas” e garantindo em seu estatuto que a presidência fosse ocupada, sucessivamente, pelas primeiras damas da República brasileira (CISNE, 2004, p. 43). Dessa maneira, percebemos na história do Serviço Social como o debate de gênero está interligada à gênese profissional.

Também podemos perceber, cara amiga, que “há uma vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda, com o ‘equilíbrio’ e ‘harmonia’ sociais, enfim, com a reprodução social” buscando “o controle da classe trabalhadora” (CISNE, 2004, p. 43-44). Diante do que dialogamos até aqui, percebemos como a “assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como uma alternativa à vida doméstica/familiar, [...] por ser considerada uma extensão de seus ‘papéis domésticos’” (CISNE, 2004, p. 45). Dessa forma, podemos compreender como as linhas narrativas da história do Serviço Social e as linhas narrativas da construção da função feita pelas Tias na República de Gilead se encontram, em especial no que tange ao discurso religioso que fundamentam as ações de controle sobre determinado grupo - constituído, em sua maioria, também por mulheres: no caso do Serviço Social as usuárias da assistência social e no caso de Gilead o controle das Aias.

Buscando traçar as linhas de um novo capítulo em sua história profissional, o Serviço Social passa, como te contei anteriormente, por um Movimento de Reconceituação Profissional na década de 1980 e, na década seguinte, surge, por meio do Código de Ética de 1993, um novo perfil profissional para a categoria, “não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente, teórico, técnico e politicamente” (CFESS *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 33). O novo Código de Ética profissional, “apresenta onze princípios”, sendo um deles a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (idem), sendo necessário reforçar que os “princípios ético-políticos profissionais estão articulados e não hierarquizados” (CFESS, 2019, p. 17).

Nessa perspectiva, podemos considerar que o debate de gênero é algo caro e urgente para o Serviço Social como uma categoria profissional, uma vez que o debate de gênero não só faz parte do conflito capital x trabalho, como está diretamente relacionado à origem da profissão. É fundamental, pois, que diante desse reconhecimento a categoria profissional se mantenha sempre atualizada sobre a temática, levando em conta, sempre, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, um não podendo ser pensado à parte do outro. Levar em conta, portanto, o contexto social em que está atuando é de extrema importância para uma atuação profissional que não ecoe vozes de um passado conservador e moralizante, mas que se coloque como um profissional crítico e propositivo diante das demandas percebidas em seu cotidiano profissional.

Pensando nesse processo de formação continuada da categoria, o Conselho Federal de Serviço Social (2019), “reafirmando o compromisso da categoria de assistentes sociais em defesa dos direitos humanos” (p. 5), lança em 2016 a “série de cadernos **Assistente Social no combate ao preconceito**” (idem, grifo do autor), que “[...] tem como objetivo orientar os/as assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional” (CFESS, 2019, p. 5). No ano de 2019, a série contou com 7 cadernos, a saber: “o que é preconceito?”; “o estigma do uso de drogas”; “racismo”; “transfobia”; “xenofobia”; “machismo” e “discriminação contra a pessoa com deficiência”, distribuídos no 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que aconteceu no Distrito Federal do dia 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, tendo como tema “40 anos da ‘Virada’ do Serviço Social”.

Ao final do 6º Caderno, que aborda a questão do machismo, a Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS, responsável pela organização e edição do conteúdo, traz

sugestões de sites, de músicas, de filmes e de poesias feministas, para que a/o assistente social se atualize e reflita de forma crítica sobre a temática. Pensando nessa mesma direção propositiva do Caderno, por que não ampliamos a percepção das expressões de linguagem cultural, como a poesia e a Literatura, e as pensamos como caminhos e instrumentos possíveis, também, de/para intervenção profissional?

3.2 - Mayday: os caminhos da resistência nas páginas da literatura

O debate sobre o gênero sempre ocupou as páginas literárias. Nas linhas narrativas ao longo da história, as mulheres, o ser mulher e o papel da mulher em determinados contextos histórico-sociais sempre serviram como um dos assuntos preferidos da arte literária. No romance “Senhora” (1875), por exemplo, escrito por José de Alencar, podemos encontrar em Aurélia, a protagonista, a “moça típica daquele momento histórico (metade do século XIX)”, dessa forma, “o leitor contemporâneo de *Senhora* devia conhecer muitas Aurélias na vida real, não exatamente *aquela*, mas *como aquela*” (SANTOS, 2008, p. 154, grifos do autor).

A Literatura tem, portanto, a capacidade de nos fazer reconhecer nas suas personagens fictícias, contornos das personagens reais que nos cercam em nosso cotidiano: somos, nós mesmas as personagens naquelas e nestas páginas. Outro exemplo disso está nas linhas do romance “São Bernardo” (1934), escrito por Graciliano Ramos, em que podemos reconhecer na personagem de Paulo Honório um “anti-revolucionário por instinto de classe, [que] não suporta [...] socialistas, ainda mais mulheres” e que comunga algo com todo burguês: “medo a livros, a frases compridas, a atitudes femininas” (SANTOS, 2008, p. 162). Atualmente, na sociedade brasileira, podemos reconhecer em muitas pessoas a figura de Paulo Honório, não exatamente *aquela*, mas *como aquela*³².

Justamente pelo seu potencial de criação que a narrativa literária serviu como “um dos principais caminhos para a redefinição ideológica das relações de gênero” quando do momento da acumulação primitiva do capital, a partir de “um amplo debate travado na literatura erudita e popular acerca da natureza das virtudes e dos vícios femininos” (FEDERICI, 2017, p. 200). A partir da criação de personagens, então, as narrativas literárias se colocam a serviço dos interesses dominantes na questão da dominação e controle dos corpos e da reprodução feminina. Dessa maneira, era comum encontrar na Literatura da época

³² Cara Companheira: permita-me destacar aqui outra característica de Paulo Honório: o pânico que ele tem pelos hábitos de Madalena - ler e escrever (SANTOS, 2008, p. 162). Não posso não pensar em como esses mesmo hábitos também criavam pânico nos homens que fundaram a República de Gilead, não atoa eles nos privaram da palavra escrita. Acredito que seja medo da capacidade libertária que a liberdade das palavras nos oferece. Que do encontro de nossas palavras se faça um lindo dia de maio - J.

personagens que criavam e reforçavam o estereótipo das mulheres bruxas, que sofriam com a perseguição.

A figura da vilã, portanto, poderia ser encontrada na figura real da “esposa desobediente, que, ao lado da ‘desbocada’, da ‘bruxa’ e da ‘puta’, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas” (FEDERICI, 2017, p. 202); não é surpresa, pois, que “A megera domada” (1593) de Shakespeare fosse um manifesto da época (idem). Usando as suas vozes e as suas escritas, “humanistas, reformadores protestantes e contrarredormadores católicos, todos cooperaram constante e obsessivamente com o aviltamento das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 202): seja nos romances, em panfletos, em obras de teatro, em pregações, etc., “o castigo da insubordinação feminina à autoridade patriarcal foi evocado e celebrado” (idem), contribuindo para sua reprodução e naturalização na realidade social.

Ainda hoje percebemos como a Literatura pode servir na construção e na manutenção de determinados estereótipos, em especial no caso feminino. Muna Omran (2021) traz como a construção das figuras femininas árabes, também na literatura, é feita podendo reforçar dois estereótipos: o primeiro “de mulheres oprimidas, silenciadas, cobertas pelo hijab, incultas e iletradas” e o segundo, mais voltado para os artistas do século XIX ou do século XX, de uma visão erotizada, lasciva e sedutoras dessas mulheres (p. 45-46). Mas esse, cara amiga, é assunto para outro compilado.

Como profissão, o campo literário também se mostrou hostil às escritoras mulheres. Por anos as mulheres precisaram esconder as suas vozes literárias sob a alcunha do “anônimo”, ou recorriam ao uso de pseudônimos, como as irmãs Brontë, ou simplesmente escondiam as suas palavras na gaveta de suas cabeceiras, como foi o caso de Emily Dickinson. Virginia Woolf, no ensaio “Um teto todo seu” (1929), traçou reflexões sobre as mulheres e a ficção: sendo autora, sendo personagem e sendo ambos. Woolf (2019) foi categórica ao trazer que “a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu se pretende mesmo escrever ficção”; mas será que somente isso basta?

A própria autora respondeu a pergunta, anos depois, em seu texto “Profissões para mulheres”, lido “para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres em 21 de janeiro de 1931 [e] publicado postumamente em *A morte da mariposa*, 1942” (WOOLF, 2012, p. 9). A autora conta que percebeu que, se queria trabalhar com literatura - no caso na escrita de resenhas literárias -, ela precisaria lidar com o fantasma de uma mulher, que a incomodava, tomava o seu tempo e a atormentava (WOOLF, 2012, p.11). A essa mulher ela deu o nome de “O Anjo

do Lar”, que tomou emprestado “da heroína de um famoso poema [escrito] por Coventry Patmore (1823-1896), que celebrava o amor conjugal e idealizava o papel doméstico das mulheres” (idem). Virgínia, se quisesse continuar trabalhando com resenhas críticas de livros, precisaria matar a construção social feita da mulher: a dona de casa “extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. [...] [Que] sacrificava-se todos os dias. [...] Em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros” (WOOLF, 2012, p. 11-12).

Ao se deparar com a figura d’“O Anjo do Lar”, Virgínia Woolf (2012) reconhece, no peso dos estereótipos que recaem sobre os ombros das mulheres, que “mesmo quando o caminho está nominalmente aberto”, quando nada impede que a mulher siga a carreira que desejar, “são muitos, [...] os fantasmas e obstáculos pelo caminho” (p. 18) e que, diante disso, é fundamental e urgente que se discuta “as metas e os fins pelos quais lutamos, pelos quais combatemos esses obstáculos tremendos” e que “não podemos achar que essas metas estão dadas; precisam ser questionadas e examinadas constantemente” (idem); afinal, pelas palavras de Simone de Beauvoir: “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Mas para isso é necessário matar o fantasma do “O Anjo do Lar” e como podemos fazê-lo?

Ainda em sua fala, Virgínia Woolf (2012) reconhece que “é muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade” (p. 13), afinal o fantasma vive na construção narrativa, na formulação dos estereótipos, dos hábitos ensinados, na naturalização dos papéis sociais, etc. Então por que não usamos as narrativas literárias para reconhecer e derrotar esse fantasma, também?

Assim como “O Anjo do Lar” carrega o peso do estereótipo da mulher “bela, recatada e do lar”, “a definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atroz e humilhantes a que muitas delas foram submetidas” quando da caça às bruxas, “deixaram marcas indelévels em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidade” (FEDERICI, 2017, p. 203) e podemos encontrar, ainda atualmente, marcas de ambos os casos nas mulheres. Clarissa Pinkola Estés (2018) mostra que, por meio da análise de contos - oriundos, inclusive da tradição oral -, é possível trabalhar essas marcas que as mulheres carregam das inúmeras violências, físicas e psíquicas, que sofrem constantemente³³.

³³ Cara Companheira: ainda que aqui não tenhamos espaço para tratar detalhadamente de como a autora traz isso na obra, acredito ser pertinente indicar que é no capítulo 7 de seu livro, “Mulheres que correm com os lobos” (2018), que ela traz sobre o controle do corpo. Sobre como esse controle do corpo das mulheres se dá, também, de maneira subjetiva, ao definirem para as mulheres “apenas um determinado tipo de temperamento, de apetite,

Nas obras “O Conto da Aia” (2017) e “Os Testamentos” (2019), ambas de Margaret Atwood, podemos notar como o ato de contar a sua história foi de fundamental importância para o reconhecimento e a superação das violências sofridas. Em “O Conto da Aia” (2017), a rede clandestina de mulheres, de nome “Mayday”, só pode existir e ajudar a libertar algumas mulheres da opressão de Gilead por conta da verbalização e da rede de apoio formada a partir do reconhecimento das violências de gênero que as mulheres estavam submetidas. Em “Os Testamentos”, a narrativa se intercala em três personagens: a Tia Lydia, que narra a sua visão da história por meio da escrita de Cartas a um destinatário de fora dos limites da República de Gilead; e pela transcrição do depoimento duas Testemunhas, indicadas - inicialmente - por um número de série, quando do processo de queda da República de Gilead. Trabalhar trechos das narrativas dessas obras com as usuárias, pode nos oferecer possibilidades de intervenção sobre questões de gênero, classe e raça.

Carolina Maria de Jesus escreveu: “[...] eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: -Viva a mamãe! A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir”; o trecho, do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960), continua atual na realidade brasileira. E, quando a autora escreve que “no dia 13 de maio de 1958 [ela] lutava contra a escravidão atual - a fome!”, ainda hoje outras Carolinas, igualmente reais como a que nos escreveu em Diário, também lutam a mesma luta. E como assistentes sociais, em nosso cotidiano profissional, podemos usar a voz narrativa de Carolina Maria de Jesus para fomentar novas vozes em narrativas-denúncias de uma realidade social brasileira que o Estado faz questão de apagar? E, para além, para reconhecer nessas vozes demandas outras que estão além da demanda aparente que nos foi/é apresentada.

Permita-me aqui, antes de me despedir de você, trazer uma experiência pessoal - que não estava de fora de toda a minha escrita nestas Cartas, não se engane - de forma mais direta neste momento. A partir da minha atuação como aluna bolsista de Extensão Universitária nos Projetos de Extensão “De linhas, outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos possíveis à contação e à criação de livros em literatura infantojuvenil” (2020-2021) e “Narrativas sociais em outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos revisitados em literatura infantojuvenil” (2021-2022), pude notar o potencial crítico e reflexivo que o uso de obras literárias permitiu no momento de interação com os participantes.

fosse aceitável” , com frequência acrescentando “a essa atitude a atribuição de correção ou incorreção moral de acordo com a conformidade da forma, do jeito de andar, da altura e do tamanho da mulher em relação a um ideal único e exclusivo”, fazendo com que as mulheres que são submetidas a essas situações não gozem mais de liberdade (ESTÉS, 2018, p. 229). Que minhas palavras te encontre em um bom dia de maio - J.

Em sua fase inicial, por conta da pandemia da Covid-19, o Projeto precisou acontecer de forma remota, através de transmissões síncronas de contações e debates. Foi possível perceber de forma mais direta e clara, a partir da análise dos comentários dos participantes, como o momento pandêmico estava - e ainda está - sendo vivido e compreendido de formas diferentes, a depender da posição social que ocupamos; bem como as consequências, físicas e mentais, em cada um de nós. Tais dados, recolhidos a partir do trabalho com as obras literárias, são de fundamental importância para a atuação profissional, não só na Assistência Social, como também na Saúde - em especial na Saúde Mental.

Outra experiência importante, também derivada do Projeto de Extensão, veio no Curso de Extensão “Em linhas narrativas de mulheres: infinitos contornos de gênero”³⁴. A equipe técnica do Curso foi composta totalmente por mulheres, de diferentes classes sociais e raças, e contou com visões interdisciplinares. Trabalhando pelas narrativas literárias de obras escritas por mulheres outras, inclusive outros trechos do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960), foi pedido, como trabalho de conclusão, que as participantes escrevessem, em linguagem literária, suas experiências como mulheres na sociedade brasileira. Em uma das obras assinadas por uma participante, encontramos um relato-denúncia, em poesia, de anos de abusos sofridos - inclusive sexuais - desde a infância.

Diante do que aqui conversamos, te pergunto então: por que não usar a narrativa literária como mais um instrumento possível para a intervenção profissional?

Na esperança de que “tudo o que é silenciado clamará para ser ouvido anda que silenciosamente” (ATWOOD, 2017, p. 183) em um lindo dia de maio,
Gaia.

³⁴ Cara Companheira: pensando em sua fala, anexeí no que chamei de “Anexo 3 - Memórias” trechos das produções autorais das participantes do Curso de Extensão por você citado e, junto, também coloquei imagens de outras produções feitas a partir da vivência da Extensão Universitária. No desejo de um lindo dia de maio - J.

CONSIDERAÇÕES EM RETICÊNCIAS...

*Mulheres,
eu imploro:
ateiem fogo.*

[...]

Queridos caras dos fósforos,

*vocês conhecem
todas aquelas mulheres diabólicas*

*que vocês executaram entre
1692 & 1693?*

*bem, elas asseguraram
que nós herdássemos seus poderes*

*injetando centelhas
direto em
nossas veias*

*& colocando chamas
na ponta dos
nossos dedos*

*& incrustando
palavras na ponta das
nossas línguas:*

“entre em erupção”

A bruxa não vai para a fogueira neste livro. Amanda Lovelace.

A você, a quem dediquei a escrita das Cartas deste compilado, quero perguntar por qual narrativas você tem vivido? Quais você tem contado? Para quem? Por quem? Com quem?³⁵ “O texto literário tem por principal característica romper o silêncio” (OMRAN,

³⁵ Cara companheira: aqui recordo de quando eu mesma contei a minha história, que tem lhes servido, até aqui e espero que além, como apoio para que reflitam sua própria sociedade. E aqui também deixo registrado que “gostaria que esta história, [a minha e a de todas nós], fosse diferente. Gostaria que fosse mais civilizada. Gostaria que me mostrasse sob uma luz melhor se não mais feliz, pelo menos mais ativa, menos hesitante, menos distraída por trivialidades. [...] Gostaria que fosse sobre o amor, ou sobre súbitas tomadas de consciência importantes para a vida da gente [...]. / Talvez seja sobre todas essas coisas, em certo sentido; mas nesse meio-tempo há tantas outras coisas interferindo no caminho, tanto sussurrar, [...] tanta bisbilhotice que não pode ser averiguada, tantas palavras não ditas, tantos movimentos furtivos e sigilo” (ATWOOD, 2017, p. 315). Hoje eu

2021, p. 53), seja de quem o escreve, seja de quem o lê, seja de quem o escuta. Por romper silêncios, ele nos narra as histórias invisíveis e, por isso, pode ser excelente aliado das/dos assistentes sociais em seu fazer profissional.

Clarissa Pinkola Estés (2018) nos conta um ditado “*Llamar o tocar a la puerta*”, que “significa usar as palavras para obter a abertura de uma passagem” (p. 19, grifo original) e, aqui, em nossa troca de correspondência, pretendi te mostrar como as narrativas literárias podem nos abrir portas inimagináveis quando trabalhamos com elas. Ao trazer trechos de uma narrativa literária e coloca-los lado a lado com as vivências sociais que podemos perceber narradas em nosso cotidiano, conseguimos argumentar como “os contos de fadas, os mitos e as histórias proporcionam uma compreensão que aguça nosso olhar” (ESTÉS, 2018, p. 18) de forma tal que nos torna possível trabalhar com essas - e outras - narrativas em projetos de intervenções nos espaços onde atuamos. As histórias “[...] suscitam interesse, tristeza, perguntas, anseios e compreensões” (ESTÉS, 2018, p. 29) que nos trazem, como profissionais, novas dimensões para analisar e intervir sobre as demandas narradas em nosso dia-a-dia.

Ao explorarmos algumas temáticas próprias ao debate de gênero, encontrando na voz literária de June, em “O Conto da Aia” (2017), ecos das vozes de Junes que nos são contemporâneas, como *aquela* June, sem que seja exatamente como *aquela*, podemos perceber outras formas de se contar, de se vivenciar e de se colocar diante das várias faces que a violência contra à mulher assume na sociedade. A narrativa literária é capaz de fazer emergir as narrativas-denúncias de tantas outras mulheres, as quais a condição imposta de Aias sempre foi uma realidade, que têm suas vozes silenciadas, suas histórias apagadas, seus corpos manchados e sua existência invisibilizada³⁶.

acredito que a minha história pode, sim, ser “sobre súbitas tomadas de consciência importantes para a vida da gente” (idem), basta que olhemos com atenção para reconhecer que são as nossas próprias histórias e, então, reescrevê-las em um lindo dia de maio - J.

³⁶ Cara Companheira: recordo-me de uma noite que, em segredo, Serena Joy veio ao meu quarto e surpreendeu-me com uma foto estilo Polaroid. Lembro de pensar que em como ainda faziam câmeras como aquela e que de certo haveria “álbuns de família, também, com todas as crianças neles; nenhuma Aia, contudo”, afinal, “do ponto de vista da história futura, [...] seremos invisíveis” (ATWOOD, 2017, p. 270). A foto que ela me levou era uma de minha filha, a filha que eu tive no outro tempo. Ela estava grande, diferente do bebê de minhas lembranças, e eu percebi que “o tempo não parou. Ele correu sobre mim como água, me arrastou e me apagou como água, como se eu nada mais fosse que uma mulher de areia [...]. Sou apenas uma sombra [...]. Uma sombra de uma sombra, como se tornam as mães mortas. Pode-se ver isso nos olhos dela: eu não estou lá. [...] Não posso suportar isso, ter sido apagada dessa maneira. Melhor que ela não tivesse me trazido nada”. Sentada à mesa, olhando para a comida que me serviram, vejo que possuo uma colher e um garfo, como sempre. Nos dias de carne, já me traziam cortada, “como se me faltasse capacidade manual ou dentes. Tenho ambos, contudo. É por isso que não me permitem ter uma faca.” (ATWOOD, 2017, p. 271). Que nossas histórias se tornem visíveis em um lindo dia de maio - J.

Trazer como as histórias contadas pelos que detém o poder, em geral homens brancos burgueses, não só apaga as histórias de quem não se encaixa aos padrões dominantes, como também naturaliza as opressões e as violências sofridas pelo último grupo, é de fundamental importância para a nossa compreensão da sociedade que vivemos. E essas naturalizações reforçam o cenário hostil e violento ao qual as mulheres são submetidas; ao longo da história, homens se valeram da narrativa favorável para interesses próprios: no período de caça às bruxas, por exemplo, alguns “aproveitaram o clima de suspeita que rondava as mulheres para se livrar de suas esposas e amantes indesejadas, ou para debilitar a vingança das mulheres a que tinham estuprado ou seduzido” (FEDERICI, 2017, p. 340); na narrativa literária, June relata uma de suas visitas obrigatórias ao consultório de um médico: relata que ele lhe oferece ajuda para engravidar, sempre em tom complacente, alegando que ninguém jamais saberia que o filho não era do Comandante, alegando só querer ajudar: “detesto ver as coisas a que submetem vocês” (ATWOOD, 2017, p. 75). Ainda que recusando, June afirma que precisava deixar a impressão de que não estava ofendida, de que estava aberta à sugestão, afinal “ele poderia falsificar os resultados dos exames, me delatar, dar um laudo de que estou com câncer, que sofro de infertilidade”³⁷, ainda que nada disso tenha sido dito, relata ela, “o conhecimento de seu poder, ainda assim, paira no ar enquanto ele dá uma palmadinha em [sua] coxa” (ATWOOD, 2017, p. 76). E, em nossa realidade, quantas vezes uma mulher não teve sua denúncia silenciada, descredibilizada e diminuída por conta da naturalização de discursos e ações que reforçam um sistema patriarcal que se fortalece da violência de gênero?

Colocar a República de Gilead e a República Federativa do Brasil lado a lado e analisar algumas das tantas similaridades entre as duas não foi tarefa fácil. Do contrário: enquanto mulher, racializada, lésbica e da classe operária, as questões trabalhadas aqui e narradas por June em seu relato, passam diretamente pela minha vivência. Acredito que aqui conseguimos dialogar sobre como a obra literária pode nos fazer refletir sobre nossas próprias vivências e, em alguns casos, nos fazer perceber violências que são tão naturalizadas e subjetivadas em nossa sociedade que não conseguimos percebê-las tão facilmente.

³⁷ Cara Companheira: lembro que nesse dia espantei-me quando o médico disse algo sobre os Comandantes, sem pudores e sem medir palavras: “- A maioria desses velhos não consegue mais ter uma ereção e ejacular. [...] Ou então são estéreis.” O motivo do meu espanto foi por ele usar uma palavra proibida: estéril. “Isso é uma coisa que não existe mais, um homem estéril não existe, não oficialmente. Existem apenas mulheres que são fecundas e mulheres que são estéreis, essa é a lei” (ATWOOD, 2017, p. 75). E quantas não são as culpas que nos são atribuídas nesse sentido ainda hoje? Quantos não são os métodos invasivos ao nosso corpo no que diz respeito aos métodos contraceptivos? Que estas perguntas te guiem em um lindo dia de maio - J.

Perceber como o forte discurso religioso interfere nas decisões do Estado, em especial no que se refere à condição da mulher na sociedade, nos auxilia a pensar em como fomos socializadas a nos comportar, em quais são as influências que ditam quais são os lugares que podemos estar, entre outras consequências provocadas pelas morais religiosas de determinados grupos que ocupam lugares de poder e tomadas de decisões. Aqui, com você, argumentei como a leitura pode nos guiar a questionar aquilo que nos ensinam como um lugar natural e a romper com os ciclos de violências gerados pelos discursos construídos a favor da opressão da classe dominante. Não a toa, a leitura e a escrita foram banidas de Gilead, afinal “saber ler e escrever não respondia todas as perguntas. Só levava a outras perguntas, e a mais outras” (ATWOOD, 2019, 319) e, ao perguntar, subvertemos a ordem imposta. Por isso a literatura, seja ela de qual gênero for, é tão perigosa àqueles que pretendem se manter no poder; em Gilead, por exemplo, até as Bíblias eram trancafiadas, “só quem tivesse a mente fortalecida e firmeza de caráter podia lidar com elas, e isso excluía as mulheres, a não ser pelas tias” (ATWOOD, 2019, p. 322).

Podemos perceber como a leitura é importante nesse processo de construção da nossa percepção de nós e da nossa realidade, no relato de uma das personagens do livro “Os Testamentos” (2019) sobre como foi viver em Gilead: “eu descrevi a nossa vida como pacífica, e, à primeira vista, era mesmo” (ATWOOD, 2019, p. 322), conta uma das testemunhas em seu depoimento. Ela vivia em uma espécie de Convento, lugar onde formavam novas Tias, únicas mulheres com permissão para ler e escrever. A testemunha segue o seu relato dizendo que o seu “primeiro conflito pessoal veio quando, depois de quatro anos lendo textos mais elementares, recebi permissão para ler o texto integral da Bíblia” (idem). Uma de suas companheiras na época, a advertiu de que o livro santo “não diz o que dizem que diz” e lhe indicou a leitura de “Juízes, capítulos 19 a 21” (ATWOOD, 2019, p. 322). Ao abrir o livro e se confrontar com a história da Concubina Cortada em Doze Pedacos, a menina sentiu “um choque doloroso: a prestimosa e gentil Tia Estée tinha mentido para nós. A verdade não era nobre, era horrível” (ATWOOD, 2019, p. 323). A leitura, então, como defendido ao longo dos compilados, nos permite uma reflexão livre e própria, nos levando a confrontar a nossa realidade, não aceitando mais as mentiras e omissões que nos são contadas³⁸.

³⁸ Cara Companheira: o depoimento dela foi feito a partir de iniciativa do grupo “Mayday”, uma organização que buscava tirar as mulheres de Gilead e expor ao mundo as violências as quais éramos submetidas. Recordo particularmente desta fala, pois a menina disse que se “lembrava bem da história [da Concubina Cortada em Doze Pedacos]. E [se] lembrava também da explicação da Tia Estée [...]. Ela dissera que o motivo da concubina

Contar uma história, a nossa história, nem sempre é tarefa fácil, quase nunca o é. June conta que pensou em desistir de contar a sua história: “me dói contá-la outra vez, mais uma vez. Uma vez não foi o bastante” (ATWOOD, 2017, p. 315). E quantas não são as mulheres que são obrigadas a repetir as suas histórias tantas e tantas vezes enquanto buscam a garantia de seus direitos? Quantas vezes elas têm seus corpos violados e suas palavras descredibilizadas na busca pela justiça? Quantas desistem e quantas conseguem seguir? June diz que continua narrando a sua “história triste e faminta e sórdida, esta história manca e mutilada, porque afinal quero que você a ouça, como ouvirei a sua também se algum dia tiver a chance” (idem). Recentemente, uma mulher foi vítima de assédio e agressão física em uma academia de ginástica em São Paulo; ao ser entrevistada por um programa de televisão, o jornalista que conduzia a reportagem perguntou o motivo dela mostrar o rosto durante a entrevista e ela respondeu: “por que eu iria esconder? Por que eu tenho que ter vergonha [...] de uma pessoa se interessar por mim que eu não me interessei? *Para as mulheres que estão assistindo isso, é muito importante que elas entendam que a vergonha não é delas*” (FANTÁSTICO, 2022). E quantas são as histórias que ouvimos? E as que não ouvimos? E de quais maneiras temos nos colocado diante delas?

Joel Rufino dos Santos (2008) nos narra uma grande história ao contar a história dos perturbadores do sono do mundo: grandes personalidades que, de uma forma ou de outra, se imortalizaram no mundo ao deixar sementes de inquietações sociais. À história desses perturbadores de sono do mundo, se junta a Literatura, em seus mais formosos formatos. “Toda introdução é incompleta, o que falta pode servir de estímulo ao leitor” (p. 12), nessa frase estendem-se possibilidades infinitas, uma delas é a inquietação de quem os escreve agora: podemos considerar os livros como o nosso “*Llamar o tocar a la puerta*”, o uso das palavras para obter a abertura de uma passagem, como Clarissa Pinkola Estés nos disse, como uma forma introdutória para análise social, cujas lacunas despertam no leitor a curiosidade pela leitura daquilo que a “vida real” esconde atrás das suas naturalidades.

ter sido morta era estar arrependida de sua desobediência, tendo preferido se sacrificar para evitar que seu dono fosse estuproado pelos bejnaminitas perversos. Tia Estée tinha dito que a concubina fora nobre e corajosa. Tinha dito que tudo foi escolha da concubina” (ATWOOD, 2019, p. 323). Mas, ao ler a história completa, por conta própria, ela viu que não se tratava do que havia aprendido. Ela procurou “a parte de nobreza e bravura” que lhe disseram, procurou “*a escolha da concubina, mas não havia nada disso*. A moça era simplesmente escorraçada de casa e estuprada até morrer, depois esquartejada feito uma vaca por um homem que a tratava, quando viva, feito um animal cabresto. Não é de se admirar ela ter fugido dele” (idem, grifo meu). E quantas outras histórias não nos contaram de modo a nos fazer acreditar que a vítima tinha escolha? Que possamos fazer as nossas próprias leituras e reflexões na construção de um lindo dia de maio - J.

A Literatura, em primeira instância, é a arte de provocar sensações e reconhecimentos reais, utilizando o irreal; ou, nas palavras do autor: “[a definição de literatura é:] a arte de provocar, com palavras, o gozo de fingir que se sofre” (SANTOS, 2008, p. 13). E o gozo literário é, assim como outros prazeres, perigoso: mais do que isso, ele torna-se um inimigo, pois se faz prazer livre que impulsiona o pensar reflexivo, enquanto encanta. E, por medo da liberdade crítica do prazer literário, os livros têm seu potencial reduzido, inferiorizado e arbitrariamente negado. Os grandes empresários que controlam a grande fábrica de palavras do mundo transformam aquilo que os ameaça em mercadoria: a tudo é atribuído um valor e somente aqueles que geram mais valor para os Capitalistas são considerados importantes. O gozo literário, como Rufino (2008) bem aponta, não se acumula, assim como todas as outras formas artísticas, “e, portanto, seu valor não pode ser medido e receber, com isso *valor de troca*” (p. 26, grifo do autor). Igualmente o seu potencial crítico-reflexivo é nublado por essa crença, mas, como dialogamos em nossa correspondência, percebemos que as narrativas literárias são capazes de nos levar à criação de nossas próprias narrativas.

Uma das formas de negar o gozo das palavras e a liberdade da imaginação é negar e/ou dificultar o acesso ao livro e às fantásticas histórias reais. No Brasil, ainda que não haja um incentivo à leitura literária, o setor de livros não paga impostos, sendo protegido da cobrança pela Constituição Federal. A Lei 10.865/2004, isenta o setor de contribuições como Pis/Pasep e Confins. Todavia, com a reforma tributária que foi enviada para análise do Congresso em julho, essa isenção deixa de existir e, conseqüentemente, o valor final dos livros aumentaria. Tal fato acentuaria uma realidade em que os livros e as histórias, são contos distópicos na realidade de muitos. Sem o incentivo da obra literária e com a perda do costume das contações orais, o que será das histórias da humanidade?³⁹

Todo início de aventura é desafiador. E assim o é, pois, se existisse facilidade nos inícios, seriam eles, os inícios, que não existiriam. Somos movidos pelo desafio do início, pela incerteza das criaturas mágicas que despertaremos na nossa jornada. Santos (2008) relata que anotou em seu caderno uma frase de Einstein que completa o trouxe: “A coisa mais bonita que podemos experimentar é o mistério. Ele é a fonte de toda arte e ciência verdadeira”. Ciência é Arte; Arte é Ciência e nas duas, o agridoce sussurro apavorado do mistério. “O conhecimento está sempre além da ciência” (SANTOS, 2008, p. 34), especialmente quando a

³⁹ Cara companheira: deixo um meio para que você consiga compreender mais sobre o que aqui está escrito: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/08/11/taxacao-de-livros-como-proposta-de-reforma-tributaria-pode-encarecer-obras.ghtml>; <http://cbl.org.br/imprensa/noticias/manifesto-em-defesa-do-livro>>. Acesso em: 03/09/2022, às 15:12h. Que não deixemos que as histórias sejam contadas somente pelas vozes dos opressores e que possamos escrever um lindo dia de maio – J.

última se posta “a serviço quase exclusivo da reprodução capitalista” (p. 41). E este trabalho, construído em forma literária, marca o início do que se espera ser uma nova e longa trajetória de união entre a Literatura e o Serviço Social, uma vez que Literatura também é ciência, além de arte, e, como ambos, pode se colocar a serviço de uma ação crítica, propositiva e transformadora da realidade social.

A Literatura nos permite olhar com delicadeza e criticidade para assuntos urgentes em nossa sociedade. Ao olharmos os pontos aqui levantados, em que notamos o paralelo dos trechos de “O Conto da Aia” (2017) com a nossa realidade social, percebemos a grande valia que a contação de histórias pode trazer para trabalhar expressões da Questão Social. No caso de gênero, a “literatura produzida por mulheres [pode] derrubar os vários muros individuais para construir pontes para a unificação de vozes: a literatura une pela sororidade” (OMRAN, 2021, p. 53), pelo reconhecimento - ou não - com a voz narrativa que parece refletir, em certo grau, a nossa própria voz interior. E, nesse sentido, é sempre bom lembrar “que perguntas ficam sem respostas, até que sejam consultados os dois modos de enxergar: o linear e o interior” (ESTÉS, 2007, p. 106).

Em uma palestra⁴⁰ que versou sobre a dimensão técnica-operativa dos instrumentais do Serviço Social, a profa. dra. Yolanda Guerra apontou a necessidade de se pensar a formação profissional, uma vez que é nesse processo que entramos em contato, pela primeira vez, com as nossas competências, atribuições e instrumentalidades. É necessário apontar que o processo formativo é algo que deve ser continuado ao longo da vivência e experiência profissional, compreendendo que estamos inseridos em uma sociedade de relações dinâmicas, que se alteram a depender de como a relação capital/trabalho é apreendida no contexto do momento. Dessa forma, fica claro que também a profissão precisa se colocar em movimento, acompanhando as mudanças políticas-sociais do contexto histórico em que intervém; sendo assim, cabe a reflexão: quais novos caminhos a categoria profissional tem travado diante do retrocesso que temos enfrentado?

Precisamos, pois, enquanto categoria profissional, romper com os gessos daquilo que se naturalizou - e tem se naturalizado - como o único caminho possível de análise e de reflexão da realidade histórica. Olhar para os lados e reconhecer outras possibilidades não significa abandonar, negar ou diminuir o caminho já percorrido, pelo contrário: é somar a ele novas sementes. Olhar, pois, a literatura como uma lente capaz de nos fazer reconhecer a

⁴⁰ Cara Companheira: a palestra encontra-se na íntegra pelo link: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=EJBzI_ypj7E&t=1666s>. Acessado em: 20/09/2022, às 15h. Que você tenha um lindo dia de maio - J.

essência por trás da aparência imposta pela classe burguesa é somar ao Serviço Social mais um caminho de resistência e de atuação profissional: afinal, o acesso à literatura é - e precisa ser reconhecido enquanto tal - um direito humano básico e o Serviço Social deve se colocar na luta pela garantia desse direito.

Para além, a experiência da participação no Projeto de Extensão “De linhas, outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos possíveis à contação e à criação de livros em literatura infantojuvenil” mostrou como o uso da literatura - e dos textos literários - se relaciona diretamente com as dimensões profissionais, uma vez que o seu uso pressupõe: um referencial teórico para reconhecer as demandas e refletir sobre elas para a escolha das narrativas literárias; o respeito ao local de fala de cada um, levando em consideração todas as experiências e vivências de cada um, em um espaço de diálogo e de reflexão coletiva que, por tal, é capaz de subverter a realidade; e um conhecimento prévio no momento da intervenção, na compreensão de que nenhuma narrativa é neutra e também não o será neutro o processo interventivo⁴¹. O uso de obras literárias no pensar e no fazer profissional é, portanto, algo que demanda uma base reflexiva prévia e a união das linhas reflexivas que unem a literatura e o Serviço Social já caminha para além destas páginas: o trabalho intitulado “ERA UMA VEZ LYGIA BOJUNGA: a literatura infantojuvenil como instrumento educacional possível nos diálogos sobre gênero” foi aprovado para ser apresentado no XVII CBAS que acontecerá virtualmente nos dias 11, 12 e 13 de outubro de 2022. No trabalho, o debate de gênero é analisado a partir de obras selecionadas da autora Lygia Bojunga⁴².

E assim encontramos no era uma vez, não era uma vez: o pôr-do-sol. Enquanto o sol se põe, te escrevo uma história, que é - e será - uma em escrita, mas foi, é e será mil e uma em vida. O compilado que vocês agora têm em mãos, foi reunido de contos, de estórias, de histórias, de poesias e de Cartas, assinadas e em anonimato, faladas e silenciadas, imaginadas e vividas, por mulheres que não cabem na história criada pelos homens. E que as palavras que este compilado traz, continue reverberando, se multiplicando e se consolidando como mais um caminho possível para a/o assistente social trilhar na luta e devesa por uma sociedade justa e igualitária.

⁴¹ Cara Companheira: cabe aqui destacar que outro fato que nos permite reconhecer a literatura como caminho possível para o Serviço Social é o fato do Projeto de Extensão também ser campo de estágio obrigatório para os alunos do Curso. Algo que é de fundamental importância para a formação profissional. Que tenhamos um lindo dia de maio - J.

⁴² Cara Companheira: acredito ser pertinente apontar que no endereço eletrônico do evento por você apontado há um chamamento para

Nas mulheres que foram, nas que somos e nas que serão as sementes-palavras na construção narrativa de uma sociedade mais justa: que se faça em nós um lindo dia de maio. E não esqueçamos: *nolite te bastardes carborundorum!*

Eles eram mais vulneráveis sozinhos;
juntos eram mais fortes.

[...]

Muitas coisas neste livro são verdade e tudo é
ficção.

Elif Shafak - *10 minutos e 38 segundos neste mundo estranho*

ANEXOS:

Anexo 1 - De linhas

A naturalização da violência de gênero pelas linhas narrativas da mídia:



CB Correio Braziliense

Bolsonaro compara Michelle e Janja, esposa de Lula: 'Mulher de Deus'

CartaCapital

POLÍTICA

Bolsonaro diz que não comparou Michelle a Janja em 7 de setembro: 'falei de todas as primeiras-damas'

Bolsonaro argumentou que não citou o nome da mulher de seu principal adversário na corrida ao Palácio do Planalto

POR AGÊNCIA O GLOBO | 08.09.2022 20H47



Carlos Amaral usou o tapa no Oscar para fazer uma montagem com a petista espancada | Foto: Reprodução/Instagram/@drcarlosduardoamaral

Reprodução de imagens: google.com

Anexo 2 - Histórias

As narrativas em outras expressões:

Nas telas:

A candidata perfeita (filme) - 2019; disponível: Telecineplay

A ganha-pão (filme) - 2017; disponível: Netflix.

A league of their own (série) - 2022; disponível: Primevídeo.

Assédio (minissérie) - 2018; disponível: Globoplay.

Bom dia, Verônica (série) - 2020; disponível: Netflix.

Deusas em fúria (filme) - 2015; disponível: Primevídeo e Telecineplay.

Hava, Maryam, Ayesha (filme) - 2019; disponível: Telecineplay.

Não foi minha culpa: Brasil (série) - 2022; disponível: Starplus.

Vis à Vis (série) - 2015 - 2019; disponível: Netflix.

Nas prateleiras:

10 minutos e 38 segundos neste mundo estranho - Elif Safak.

Chapeuzinho Vermelho - Bethan Woollvin.

Habibi - Craig Thompson.

Leila - Tino Freitas.

O abraço - Lygia Bojunga.

O diário de Myriam - Myriam Rawick.

Persépolis - Marjane Satrapi.

Sapato de Salto - Lygia Bojunga.

Uma mulher estranha - Leylâ Erbil.

Anexo 3 - Memórias

A construção narrativa autoral e os encontros entre Literatura e Serviço Social:

CARTA

Quando pensava sobre o que escrever para esse trabalho me ocorreram várias ideias, fui incapaz de juntá-las, por isso, trago aqui memórias pessoais de momentos em que os momentos do curso me fizeram lembrar, relembrar e/ou perceber de outra forma.

A CASA DA BISA

Ele a pegava nos braços,

E Repetia:

- Aperta mais forte o vovô, você está gostosa demais, quero te sentir...

Ela não entendia.

Ficava muda.

Não gostava daqueles abraços que duravam tempo demais.

Queria brincar com os primos.

Dava um beijo na bochecha do bisavô, enquanto pensava: "Deve ser o Alzheimer"

E corria, como faria qualquer criança de 7 anos...

O HOMEM DO BAFO DE CERVEJA.

Sentou-se no banco da escola em que estudava, as 7 da noite. No meio da festa de primavera, sentia-se pequena, inútil, recolhida. Todos que passavam por ali, olhavam para a menina no banco. Ninguém conseguia compreender como uma criança de 11 anos não estava aproveitando a festa. A criança permanecia paralisada.

A festa de primavera da escola era um evento importante. Nenhum responsável podia estar presente. Os estudantes escolhiam músicas, Djs e decorações e chamavam amigos de outros colégios. A menina chamara uma única amiga e estava a esperando no pátio de entrada quando tudo aconteceu.

Ele se aproximou. Era pelo menos 10 anos mais velho que ela. Disse que queria beijá-la. Ela nem sabia o que era isso ainda. E respondeu que não. Ele insistiu e ela... Era ali que aprenderá, na prática como dizer não. Mas ele não se contentou. Era caridade o que estava tentando fazer, tirar o BV (boca virgem) de uma criança de 12 anos que se garantia nas pessoas a sua volta. Porém até mesmo elas foram embora, quando ela pressionada na parede pelo indivíduo, tentava fugir da sua boca e do bafo de cerveja que saía dela. Ele repetia insistentemente "só um selinho" enquanto sua saliva parecia adentrar todo o rosto da garota.

Muitas pessoas passavam, olhavam para menina dizendo não com lágrimas nos olhos. Ninguém era capaz de pará-lo. Nem mesmo fingir que a conheciam.



Em linhas narrativas de mulheres:
infinitos contornos de gênero.

Inscrições:
26 a 29 Maio 2021

Vagas limitadas: 25
Carga horária: 36h

Período das aulas:
De 01/06/2021 até 29/06/2021
(terças e quintas-feiras, de 17:30 às 21:30h)

PROAES PROEXT UFRRJ

CONTEÚDO LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS

DE: 07/12 até 09/12
Vagas limitadas (15)
Horário: 18h as 19h30min

Oficina de encontros literários em (en)contros de nós!

PROGRAMAÇÃO:

DIA 1 (07/12/2021): Literatura - Literatura e Cultura

Debates:

- Foco: 3 Mitologias
- Mitologia;
- Espiritualidades culturais manifestadas nos hábitos e no processo de escrita/jornais na criação das narrativas pessoais dos leitores;

Mediações:

- "A professora do Rowley e o Grande Sarcófago" - Anne Wilson e Jane Yolen
- "Nôco de babóca" - Eyo Maciel

Mediações:

- Brenda Cristina e Profa. Doutora Fabricia Vellasquez

DIA 2 (08/12/2021): Literatura - Literatura e Lar

Debates:

- "O que é ter um lar"
- Família como espaço criativo
- Poeta parolista do quaternismo

Mediações:

- "Onde está o domo?" - Jaco Adria Barcala
- "O lar é uma prisão" - Stephanie Plumley Layford

Mediações:

- Ariane George e Profa. Doutora Fabricia Vellasquez

DIA 3 (09/12/2021): Literatura - Literatura e Luto

Debates:

- Luto no cotidiano
- Estratégias, processos e fases do luto
- A construção e contribuição do memória

Mediações:

- "A rua do vovô" - Berg Dorcas
- "A lei e o mundo inteiro (esse assim)" - Joseph Coelho e Alison Siqueira

Mediações:

- Profa. Glá e Profa. Doutora Fabricia Vellasquez

CANTOS DE NÓS: em peças das nossas histórias

CONTEÚDO LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ATWOOD, Margaret. **Os Testamentos**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

BOGADO, Maria. Rua. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2013.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARLOTO, Cássia Maria; LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, políticas sociais e Serviço Social. **Gênero**, Niterói, v.13, n.1, p. 09-13, 2. sem. 2012.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Machismo. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, v. 6, 2019. ISBN 978-85-99447-34-5.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2004.

COSTA, Cristiane. Rede. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DELPHY, Cristine. Verbete patriarcado. In: Hirata, Helena et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Ciranda das mulheres sábias: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

FANTÁSTICO. Jovem afirma que empresário acusado de agressão em academia filmou relação sexual sem consentimento dela. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/08/30/jovem-afirma-que-empresario-acusado-de-agressao-em-academia-filmou-relacao-sexual-sem-o-consentimento-dela.ghtml>>. Acesso em: 03/09/2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

LINS, Gabriella Patricia dos Santos. **Distopias de gênero em contos especulativos de Margaret Atwood e Raphael Carter**. Tese (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2015

LUKÁCS, Georg. **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MIGUEL, Luis Felipe. **O Colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular. 2019.

OLIVEIRA, Silvia Marques Dantas de. **Gênero, Questão Social e Serviço Social: um olhar feminista**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

OMRAN, Muna. Recortes femininos do Mundo Árabe. In: **Ahlan wa Sahlan: uma introdução aos Mundos Árabes**. Karime Ahmad Borraschi Cheaito (org.). Marília: Lutas Anticapital, 2021.

PELLEGRINO, Antonia. Política representativa. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Quem ama literatura não estuda literatura: ensaios indisciplinados**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

SEM ORÇAMENTO, CENSO É SUSPENSO MAIS UMA VEZ; ENTENDA A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA E O QUE ACONTECE AGORA. **G1**, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/23/sem-orcamento-censo-e-suspenso-mais-uma-vez-entenda-a-importancia-da-pesquisa-e-o-que-acontece-agora.ghtml>>. Acesso em: 03/09/2022.

SILVA, Iranildo Mota da. **Literatura e Ditadura: a construção de uma imagem de repressão e resistência**. Tese (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

VERA, Gabriella Galdino. **A representação feminina na política brasileira: análise sobre a efetividade de gênero prevista na Lei 9.504/97**. Monografia (bacharelado em Direito) - Centro Universitário de Brasília. Brasília - DF. 2013.

WOOLF, Virgínia. Profissões para mulheres. In: WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas: 1032**. Porto Alegre: L&PM; Edição de bolso, 2012.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1989.